

TVR
N.º 79, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 105/2020
OF 109/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.169, de 02 de maio de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macaúbas , Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- ✓ 1 - Portaria nº 470, de 7 de agosto de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN), no município de Santa Maria - RN;
- ✓ 2 - Portaria nº 2.627, de 29 de junho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação Manairama, no município de Ouro Branco - RN;
- ✓ 3 - Portaria nº 3.605, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova, no município de Feira Nova - PE;
- ✓ 4 - Portaria nº 3.630, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária 29 de Dezembro, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- ✓ 5 - Portaria nº 4.685, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária e Cultural Ipanemense, no município de Ipanema - MG;
- ✓ 6 - Portaria nº 6.154, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí, no município de Uraí - PR;
- ✓ 7 - Portaria nº 6.156, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto, no município de Planalto - BA;
- ✓ 8 - Portaria nº 6.166, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo, no município de Tanque Novo - BA;
- ✓ 9 - Portaria nº 174, de 1 de fevereiro de 2016 - Fundação Educativa e Cultural de Inhumas, no município de Inhumas - GO;
- ✓ 10 - Portaria nº 250, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba, no município de Carmo do Paranaíba - MG;
- ✓ 11 - Portaria nº 538, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Dom Oscar Romero, no município de Santa Luzia - MA;
- ✓ 12 - Portaria nº 768, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Engenheiro Caldas, no município de Engenheiro Caldas - MG;
- 13 - Portaria nº 857, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, no município de Tijucas - SC;

✓ 14 - Portaria nº 873, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz, no município de Luz - MG;

15 - Portaria nº 1.007, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Ana Roberto, no município de Missão Velha - CE;

16 - Portaria nº 1.012, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária FM Cidade, no município de Formosa do Rio Preto - BA;

✓ 17 - Portaria nº 1.022, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ, no município de Missão Velha - CE;

✓ 18 - Portaria nº 1.030, de 10 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Nativa FM, no município de Tabuleiro do Norte - CE;

✓ 19 - Portaria nº 1.822, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa, no município de Ruy Barbosa - BA;

✓ 20 - Portaria nº 1.825, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social, no município de Santa Luzia - MG;

✓ 21 - Portaria nº 1.938, de 10 de maio de 2016 - Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel Arcanjo - SP;

✓ 22 - Portaria nº 1.107, de 7 de junho de 2017 - União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo, no município de Curvelo - MG;

✓ 23 - Portaria nº 1.092, de 7 de junho de 2017 - Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas, no município de Campo Grande - MS;

✓ 24 - Portaria nº 1.833, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi, no município de Itanhomi - MG;

✓ 25 - Portaria nº 1.840, de 7 de junho de 2017 - Associação Mercesana de Integração e Cultura, no município de Mercês - MG;

✓ 26 - Portaria nº 1.877, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes, no município de Boquim - SE;


27 - Portaria nº 1.888, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial da Chapada, no município Utinga - BA;

✓ 28 - Portaria nº 1.925, de 7 de junho de 2017 - Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão, no município de Verdelândia - MG;

29 - Portaria nº 1.999, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena, no município de Bodoquena - MS;

- ✓ 30 - Portaria nº 2.613, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT, no município de Taiúva - SP;
- ✓ 31 - Portaria nº 3.053, de 7 de junho de 2017 - Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol, no município de Patos de Minas - MG;
- ✓ 32 - Portaria nº 3.054, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Planalto Timbaúba, no município de Nova Russas - CE;
- ✓ 33 - Portaria nº 6.164, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia, no município de Juruaia - MG;
- ✓ 34 - Portaria nº 1.029, de 14 de março de 2018 - Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC/FM, no município de Taquarussu - MS;
- ✓ 35 - Portaria nº 1.430, de 22 de março de 2018 - Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular da Paraipaba, no município de Paraipaba - CE;
- ✓ 36 - Portaria nº 2.169, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS, no município de Macaúbas - BA;
- ✓ 37 - Portaria nº 3.893, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM, no município de Angélica - MS;
- ✓ 38 - Portaria nº 6.842, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária dos Melos, no município de Lagoa Dourada - MG;
- ✓ 39 - Portaria nº 6.854, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Nestor, no município de Japoatã - SE; e
- ✓ 40 - Portaria nº 7.232, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Itaguarense de Radiodifusão, no município de Itaguara - MG;

Brasília, 18 de março de 2020.



Port. 2169/18



EM nº 00246/2019 MCTIC

Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.045664/2016-96, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS, inscrita no CNPJ nº 02.457.801/0001-06, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de Março de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5675/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2169, de 02 de Maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 2169/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001378/1998 e nº 53900.045664/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 02/05/2018, às 21:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2896298** e o código CRC **DE856165**.

Referência: Processo nº 53900.045664/2016-96

SEI nº 2896298

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.045664/2016-96
Interessado:	associação comunitária de comunicação social - accs
Sector:	CGRC_REN
CNPJ:	02.457.801/0001-06
Serviço:	Rádiodifusão Comunitária
UF:	BA
Localidade:	Macaúbas
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Rádiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 08/05/2018, às 08:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2949906** e o código CRC **317DEE9A**.

Referência: Processo nº 53900.045664/2016-96

SEI nº 2949906

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 19106/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.045664/2016-96**

Processo de Outorga nº: **53001378/1998**

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - A.C.C.S.**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas - BA.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 26/03/2017. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia 26/02/2017, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º; e

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 10/08/2016, às 11:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/08/2016, às 14:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1264408** e o código CRC **3FCFEC54**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 28712/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - A.C.C.S.

Praça Imaculada da Conceição, 10, nº - Centro

46500000 / Macaúbas – BA

CNPJ nº 02.457.801/0001-06

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.045664/2016-96.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19106/2015/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/08/2016, às 14:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1264439** e o código CRC **186D0278**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 28712/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.045664/2016-96 - Nº SEI: 1264439

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL	SCE/CGRC
ENDEREÇO / ADRESS	Of. nº 28712 /2016/SEI-MCTIC, 22/08/2016
CEP / CODE POSTAL	53900.045664/2016-96
	REPRESENTANTE LEGAL
	ASS. COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - A.C.C.S.
	PRAÇA IMACULADA DA CONCEIÇÃO, 10, Nº - CENTRO
	46500000 MACAÚBAS - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
	<input type="checkbox"/> EMS
	<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
	12/09/16	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
MASCOR SILVA S		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
03149960-0	Mat. 8206341-7	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

JG 09142987 4 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINUTCOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLU O
RETOUR

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

EN

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900

Brasília-DF

CI

UF

BRASIL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

01250.001910/2017-87

Associação Comunitária de comunicação Social(ACCS)

CNPJ 02.457.801/0001-06

Rua Castro Alves S/N Macaúbas- Ba

Rádio Comunitária Tropicália Fm 104, 9

Ofício nº 01/2017

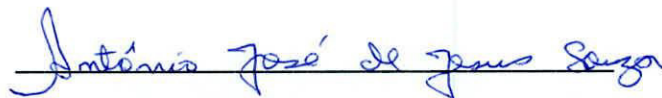
Senhor coordenador Geral de radiodifusão comunitária, informo-lhe o quadro de membros da nova diretoria desta associação, para atualização de dados conforme ata de eleição e comprovante de inscrição do novo diretor Geral na Receita Federal. Ao passo que pedimos urgência na atualização de dados para cadastro da associação no sistema eletrônico

Diretor Geral- Antônio José de Jesus Souza CPF nº 621. 463.115-83

Diretor de Operações- Rubenvaldo Magno oliveira-CPF nº 373. 803. 975-91

Diretor Administrativo- Moacir Silva Santos- CPF Nº 480.066. 105-68

Macaúbas-Ba 05-01-2017



Antônio José de Jesus Souza - Diretor Geral

Ao Ministério de Ciência, Tecnologia, inovação e comunicações

Secretária de Serviços de comunicação eletrônica de Radiodifusão Comunitária

Anatel

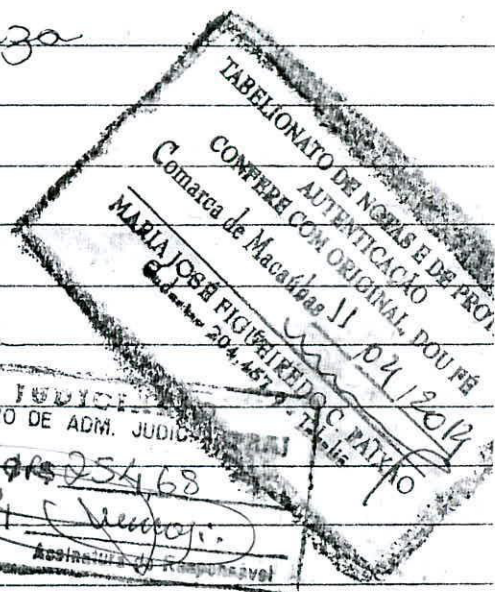
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 11/05/17 às 14:00 horas
Assinatura: Conceição



Macaubas - BA, 14 de abril de 2014
 Com a presença de todos os presentes que se encontram
 muitas vezes para a quitação do débito,
 mas nenhum ato concreto financeiro foi
 lançado, sendo assim o diretor de operações
 Antônio José de Jesus Souza "Thony Ghil"
 deu por encerrada a reunião, e eu,
 Manuela Conceição Sousa, laurei a
 presente ata que segue por mim e por
 todos, assinado.

Macaubas, Bahia 15 de janeiro
 de 2014.

Manuela Conceição Sousa
 Antônio José de Jesus Souza
 Rafael de Jesus Ghil
 Yocair Silva
 Ana Macedo Anjos
 Filomena Almeida Munguba
 Maria Elaine Brito
 Jéssica Silva
 Denilde da Silva Santo
 Regina Brito da Silva
 Carlinda Maria de Souza



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO
 COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS.
 PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO
 DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA DIRETORIA
 DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO
 SOCIAL - ACCS - ELEIÇÃO E PRESTAÇÃO DE
 CONTAS DOS EXERCÍCIOS: 2011, 2012 e 2013.
 AOS 09 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2013
 REUNIRAM-SE OS CONSELHEIROS E
 SÓCIOS EM DIAS DA ACCS PARA
 ELEIÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO
 E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO S.T.R.M.



ABRELLINA DE NOTAS
 COMARCA DE MACAÚBAS - BAHIA
 MARIA JOSÉ FIGUEIREDO COSTA PAIXÃO
 Tabela de Notas
 Maria de Castro FORTIN
 Escrevente
 Antônio Luelano Oliveira
 Escrevente

O PRIMEIRO PASSO FOI UM PAGO ABRE
ENTRE OS SÓCIOS NA REUNIÃO DAS 15 HORAS
NA SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE MACAUBAS, A RUA 315 CONDE
DO RIO BRANCO, SENDO APRESENTADOS OS
TRABALHOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA E DO CONSELHO
QUESTIONANDO O NÃO PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO
APROVADA PELA CÂMARA EM SETEMBRO DE 2011
BLOQUEIO DA CONTA CORRENTE DA ACCS.

O PROCESSO MOVIDO CONTRA A RÁDIO QUE LEVOU A PENHORA DO TRANSMISSOR E TORRE NO VALOR DE R\$ 3.600,00, QUE PODE TER CUNHO POLÍTICO. DESAFIOS PARA A PRÓXIMA DIRETORIA RESOLVER JUNTO AO CONSELHO.

EM SEGUIDA DEU-SE INÍCIO O PROCESSO DA
ELEIÇÃO PARA UM MADOTO DE SANOS DE ACORDO
O ESTATUTO E POR ACLAMACÃO ASSIM FICOU
CONSTITUÍDO O CONSELHO DE COMUNICACÃO
SOCIAL DA RÁDIO

1. FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR MOTA
PRAÇA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO
2. ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS MINERAIS DE
MACAUBAS - AV. PROFESSOR ÁTICO MOTA Nº 907
3. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
DE MACAUBAS - RUA ZISCONDE DO RIO BRANCO.
4. ASSOCIAÇÃO DOS DEVOTOS DE SANTA
RITA - RUA DR. MANOEL VITORINO S/N
5. ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CÉSAR
DE MACAUBAS - RUA DA SAUDADE S/N
6. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO
DE ASSIS - RUA BOTUPORÃ S/N.

SENDO SECRETÁRIO: ROBÉRIO DEFENSOR BATISTA
SANTOS CMPJ 01141 220 - 0001 - 06 E COORDENADOR
JOÃO FIGUEIREDO VAZ - STR.

A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, FICOU ASSIM
CONSTITUÍDA PARA MANDATO DE 5 ANOS.

ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA.

CPF 621-463-115-83 - DIRETOR GERAL

RUBENVALDO MAGNO OLIVEIRA CPF

373.803.975-91 DIRETOR DE OPERAÇÕES

MARCIR SILVA SANTOS CPF 480.066.105-68

DIRETOR ADMINISTRATIVO

EM SEGUIDA OS NOVOS CONSELHEIROS

DIRETORES E SÓCIOS FIZERAM UMA

AValiação DAS CONTAS DE 2011,

2012 e 2013, CONFERINDO NOTAS E

OPERAÇÕES NO LIVRO 3, SENDO APROVADAS.

ASSIM SENDO MARCIR SILVA SANTOS

QUE COORDENOU A REUNIÃO DA DCCS

E JOÃO FIGUEIREDO VAZ PELO CONSELHO

DERAM POR ENCERRADA A ASSEMBLEIA

GERAL E A PEDIDO, EU ANTÔNIO JOSÉ

DE JESUS SOUZA LAVREI A PRESENTA

ATA QUE SEQUE POR MIM E PELOS

DEMAIS SÓCIOS ASSINADOS NO LIVRO 2

DESTA ASSOCIAÇÃO, SENDO TODOS EMPOSSADOS.

MACAUBAS - BAHIA: 09-08-2013

Antônio José de Jesus Souza

João Figueiredo Vaz

Marcir Silva Santos



TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MACAUBAS - BAHIA
José Figueiredo Costa Paixão
Tabelião de Notas
Maria do Carmo Rocha
Escritório
Antônio Luciano Oliveira

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS
AUTENTICAÇÃO

CONFERIR COM ORIGINAL, DOU FE

Comarca de Macaúbas 11/08/2013

MARIA JOSÉ FIGUEIREDO C. PAIXÃO
Odeador 204.467-9 - Tabelião

LISTA DE PRESENCAS DAS PESSOAS QUE
PARTICIPARAM DA REUNIÃO DO CONSELHO
DA RÁDIO FÁBULA FM DE MACAUBAS
09 DE AGOSTO DE 2013 ÀS 19H30
E FIM DA DO J.F.O.

João Figueiredo da Nogueira
Roberto Roberto Santos
João Silva Santos

Antônio José de Jesus Souza
Ulisses Vilela da Silva

Guilherme Silva de Figueiredo

João Paulo Silva Santos

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

Antônio José de Jesus Souza

Capitão Mário de Souza

Edgardo da Silva

Filomena Almeida

Adelino R. M. F. L.

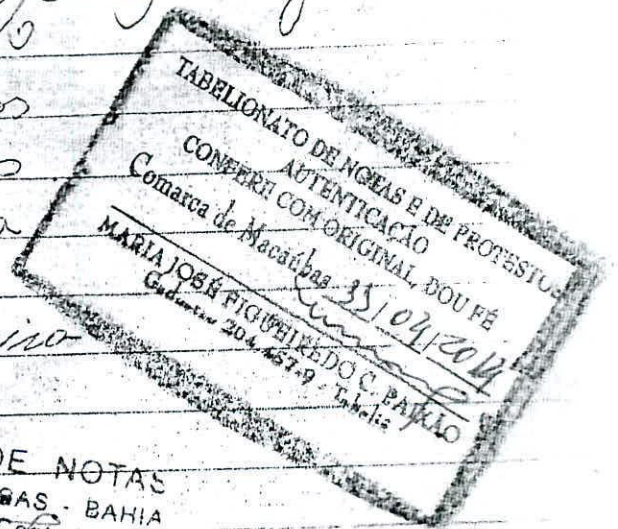
João Paulo dos Anjos

Guilherme da Silva Santos

Regina Rios da Silva

José Maria Magalhães

Antônio José de Jesus Souza



TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MACAUBAS - BAHIA
Maria José Figueiredo Costa Paixão
Tabelião de Notas
Maria do Carmo Rocha
Escrevente
Antônio Luciano Oliveira
Escrevente

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 02.457.801/0001-06
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO
CAPITAL SOCIAL: SOCIAL-ACCS

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANTONIO JOSE DE JESUS SOUZA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/12/2016 às 16:44 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 21/12/2016

Atualize sua página

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília - DF
Fone: (61) 2027-6281.



Associação Comunitária de Comunicação
Social - A.C.C.S. Rádio Tropicália FM

Rua Castro Alves S/N

CEP: 46500-000 / Macaúbas - BA

Fone: (77) 999519497

Protocollo n° A-3 Fog. 200 del Contorno 7.460

Agreement on 34 / 04 / 34

AV. LARRY 100 A-6 057 100 W. CHICKEN AV-14-071

Itacambas - BA, 14 abril de 2014

Com a presença de todos os presentes que chegaram
muitas vezes para a quitação do débito,
mas nenhum ato concreto financeiro foi
lançado, sendo assim o diretor de operações
Antônio José de Jesus Souza "Thony Ghil"
deu por encerrada a reunião, e eu,
Manuela Conceição Sousa, laurei a
presente ata que segue por mim e por
todos, assinado.

Macauíras, Bahia 15 de janeiro
de 2011.

Manuela Conceição Sousa
 Antônio José de Jesus Souza
 Ruy de Azevedo Chaves
 Yocir Silva Silva
 Ana Macedo Anjos
 Filomena Almeida Magalhães
 Maria Elaine Brito Silva
 Lúcia Lora Magalhães
 Denilde da Silva Santos
 Regina Bires da Silva
 Carlinda Maria de Souza

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS -
PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA DIRETORIA
DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL - ACCS - ELEIÇÃO E PRESTAÇÃO DE
CONTAS DOS EXERCÍCIOS: 2011, 2012 e 2013.
AOS 09 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2013
REUNIRAM-SE OS CONSELHEIROS E
SÓCIOS EM DIAS DA ACCS PARA
ELEIÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO
E PRESTAÇÃO DE CONTAS, NO S.T.R.M

SELO DE AUTENTICIDADE
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
COMARCA DE BACABAL
0800.AB000120-7

30

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS
CONFERE COM ORIGINAL DOU FE
AUTENTICACAO
Marca de Macanhas JJ
MARIA JOSE FIGUEIREDO CAIXO
20.4.457-9
04/2014
JUIZ DE PAZ
JULIA
25468
Assinatura e Rubrica

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Ato Notarial ou de Registro
0802.AB008582-6
Consulte o selo em www.tjju-jujz.org.br/autenticidade

ROSA DE MACIEIRAS - BAHIA	
Jose Figueiredo Costa Paixão	
Tribuna da Netas	
Maria de Carmo Rocha	
Escrevente	
Antônio Luciano Oliveira	
Escrevente	

O PRIMEIRO PASSO FOI UM PAPP ABERTO ENTRE OS SÓCIOS NA REUNIÃO DAS 15 HORAS NA SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MACAÚBAS, A RUA ZISCONDE DO RIO BRANCO, SENDO APRESENTADOS OS TRABALHOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA E DO CONSELHO QUESTIONANDO O NÃO PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO APROVADA PELA CÂMARA EM SETEMBRO DE 2011 BLOQUEIO DA CONTA CORRENTE DA ACCS.

O PROCESSO MOVIDO CONTRA A RÁDIO QUE LEVOU A PENHORA DO TRANSMISSOR E TORRE NO VALOR DE R\$ 3.600,00, QUE PODE TER CUNHO POLÍTICO. DESAFIOS PARA A PRÓXIMA DIRETORIA RESOLVER JUNTO AO CONSELHO.

EM SEGUÍDA DEU-SE INÍCIO O PROCESSO DA ELEIÇÃO PARA UM MANDATO DE SANOS DE ACORDO COM O ESTATUTO E POR ACLAMAÇÃO ASSIM FICOU CONSTITUÍDO O CONSELHO DE COMUNICABILIDADE SOCIAL DA RÁDIO

1. FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR MOTA NOGA PRACA' NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO
2. ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS MINERAIS DE MACAÚBAS - AV. PROFESSOR ÁTICO MOTA NOGA
3. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MACAÚBAS - RUA ZISCONDE DO RIO BRANCO.
4. ASSOCIAÇÃO DOS DEVOTOS DE SANTA RITA - RUA DR. MANOEL VITORINO S/N
5. ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CÉSAR DE MACAÚBAS - RUA DA SAUDADE S/N
6. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RUA BOTUPORÃ S/N.

SENDO SECRETÁRIO: ROBÉRIO DEFENSOR BATISTA SANTOS CNPJ 01141220-0001-06 E COORDENADOR JOÃO FIGUEIREDO VAZ - STR.

A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, FICOU ASSIM
CONSTITUÍDA PARA MANDATO DE 5 ANOS.

ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA.

CPF 621-463.115-83 - DIRETOR GERAL

RUBENVALDO MAGNO OLIVEIRA CPF

373.803.945-91 DIRETOR DE OPERAÇÕES

MARCIR SILVA SANTOS CPF 480.066.105-68

DIRETOR ADMINISTRATIVO

EM SEGUIDA OS NOVOS CONSELHEIROS

DIRETORES E SÓCIOS FIZERAM UMA

AValiação DAS CONTAS DE 2011,

2012 e 2013, CONFERINDO NOTAS E

OPERAÇÕES NO LIVRO 3, SENDO APROVADAS.

ASSIM SENDO MARCIR SILVA SANTOS

QUE COORDENOU A REUNIÃO DA ACS

E JOÃO FIGUEIREDO VAZ PELO CONSELHO

DERAM POR ENCERRADA A ASSEMBLEIA

GERAL E A PEDIDO, EU ANTÔNIO JOSÉ

DE JESUS SOUZA LAVREI A PRESENTE

ATA QUE SEGUER POR MIM E PELOS

DEMAIS SÓCIOS ASSINADOS NO LIVRO 2

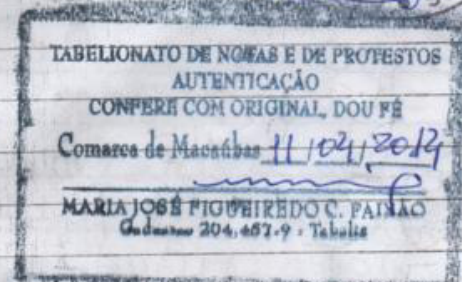
DESTA ASSOCIAÇÃO, SENDO TODAS EMPOSSADAS.

MACAUBAS - BAHIA: 09-08-2013

Antônio José de Jesus Souza
Marcir Silva Santos
Rubenvaldo Magno Oliveira



TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MACAUBAS - BAHIA
Tabelião de Notas
Maria do Carmo Rocha
Escriturante
Antônio Luciano Oliveira
Escriturante



ASSEMBLEIA GERAL - MACAUBAS, 09-08-2013

LISTA DE PRESENCAS DAS PESSOAS QUE
PARTICIPARAM DA REUNIÃO DO CONSELHO
DA RÁDIO COMUNITÁRIA FM DE MACAUBAS
09 DE AGOSTO DE 2013 ÀS 19H30
E FIM DA REUNIÃO.

João Figueiredo Neto
Roberto Roberto Roberto Santos
João Silva Neto

Antônio José de Jesus Souza
Mário Valente do Monte

Guilherme Silva de Figueiredo

Luís Carlos Silva Neto

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

Antônio José de Jesus Souza

Carla Maria de Souza

Edgard José da Mata

Filomena Almeida

Waldemar R. M. F. L.

João Manoel dos Anjos

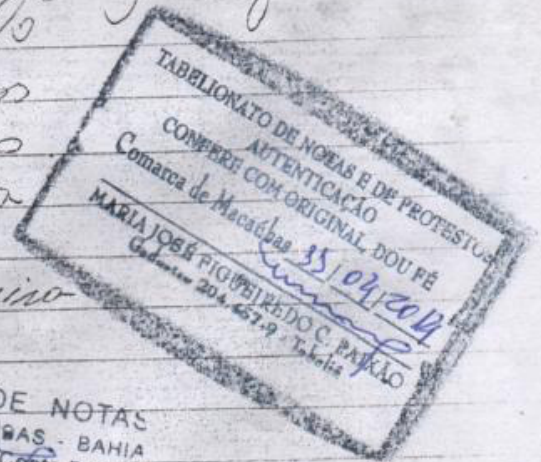
Guilherme da Silva Santos

Regina Feres da Silva

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva

João Carlos da Silva



TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MACAUBAS - BAHIA
Maria José Figueiredo Costa Paixão
Tabela de Notas
Maria de Carmo Rocha
Escritor
Antônio Luciano Oliveira
Escritor

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 02.457.801/0001-06
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO
CAPITAL SOCIAL: SOCIAL-ACCS

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANTONIO JOSE DE JESUS SOUZA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/12/2016 às 16:44 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 21/12/2016

Associação Comunitária de comunicação Social(ACCS)

CNPJ 02.457.801/0001-06

Rua Castro Alves S/N Macaúbas- Ba

Rádio Comunitária Tropicália Fm 104, 9

Ofício nº 01/2017

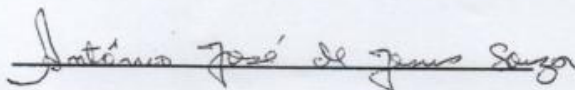
Senhor coordenador Geral de radiodifusão comunitária, informo-lhe o quadro de membros da nova diretoria desta associação, para atualização de dados conforme ata de eleição e comprovante de inscrição do novo diretor Geral na Receita Federal. Ao passo que pedimos urgência na atualização de dados para cadastro da associação no sistema eletrônico

Diretor Geral- Antônio José de Jesus Souza CPF nº 621. 463.115-83

Diretor de Operações- Rubenvaldo Magno oliveira-CPF nº 373. 803. 975-91

Diretor Administrativo- Moacir Silva Santos- CPF Nº 480.066. 105-68

Macaúbas-Ba 05-01-2017



Antônio José de Jesus Souza - Diretor Geral

Ao Ministério de Ciência, Tecnologia, inovação e comunicações

Secretária de Serviços de comunicação eletrônica de Radiodifusão Comunitária

Anatel

Helio do Siqueira Neto
 Manoel Pimenta da Conceição Gonçalves da Silva
 João Carlos Mendes
 José Carlos Aguiar
 Kátia Cristina Vaz Rocha
 Edmar José da Silva
 Edmar Lourenço dos Santos
 José Bastão de Silva
 Gilberto Aguiar da Silva

AUTENTICAÇÃO
 CONFERE COM O ORIGINAL. DOUF
 MACAUBAS-BA 02108/2005



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DACCs, PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA.

As vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, às vinte horas, na sede da Comunidade Macaúbaense de Folclore reuniram-se os associados da Associação Comunitária de Comunicação Social em Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo seu presidente Senhor Moisés Silva Santos para alteração dos estatutos da aludida Associação, conforme instruções do Departamento de Outorga de Serviços do Ministério das Comunicações. Aberta a sessão foi escolhido para presidir a o senhor Antônio José de Jesus Souza, o qual regeu os estatutos; Este apresentou o Ofício nº 2730/03/DOS/SSCE-MC que traz as instruções de alteração ficando, conseqüentemente, alterados os Artigos 2º e 34 para as formas como se regem: acrescentou-se o item "g" - A Associação tem também como objetivo prestar serviços de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada.

FM, na sintonia Mhz e baixa potência. A grade de programação do rádio será sempre de caráter educativo, cultural, recreativo, religioso, pedagógico, informativo, noticiários sociais, de lazer, de esportes, atualidades, infantis e outros, ambos sem finalidade lucrativa, excetuando-se a publicidade comercial para estabelecimento suprir os encargos da comunidade citada no presente estatuto e da sua necessidade de expansão, de acordo com a legislação específica, o artigo 34 para a ter a seguinte redação: Em caso de dissolução da Associação Comunitária de Comunicação Social, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim pelo menos de 2/3 (dois terços) de seus associados, os seus bens serão destinados a outra entidade cõlegua, com personalidade jurídica, devidamente registrada no CNSS. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da Assembleia. Para constar em, Meu José Meantem de Figueiredo, Secretário, lavrei a presente Ata que vai ser devidamente assinada. X Macaúbas, 27 de Setembro de 2004.

at. Meu José Meantem de Figueiredo, um - Secretário
Francisco Figueiredo Lima - TESOUREIRO
Moacir Silva Santos - PRESIDENTE

Francisco de Assis Oliveira - Vice Presidente

Antônio José F. Sousa - FUNDADOR

Cópia em anexo para o Arquivo.

ANOTAÇÃO

Protocolo nº A-3 Pag. 113º de Ordem 4758

Apresentado em 03 / 08 / 2005

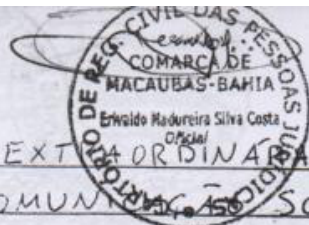
Reg. Livro nº A-2 Fls. 168º Nº de Ordem AV-2-71

Macaúbas, 03-08-2005

Oficial

PODER JUDICIÁRIO	
INST. PEDRO RIBEIRO DE ADM. JUDIC. - IPRAJ	
Valor da Taxa Cr\$ <u>21,34</u>	
<u>03</u> / <u>08</u> / <u>2005</u>	
Assinatura do Responsável	





11

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS - PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E DA DIRETORIA.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da Associação Comunitária de Comunicação Social, em sua sede na Rua Bastos Neves, 73/2, apartamento 1, bairro, Macaúbas - Bahia, para deliberar sobre alterações estatutárias e da Diretoria. Conseguindo o quórum mínimo, com as assinaturas lançadas em livro próprio, o presidente Moacir Silva Santos apresentou a correspondência recebida do Ministério da Comunicação com a indicações, digo, indicações de pontos no Estatuto que necessitam de revisão feita a apresentação da correspondência e estudados as alterações, o Estatuto

ANOTAÇÃO

ter a

PODER JUDICIÁRIO
INST. PEDRO RIBEIRO DE AYM - JUIZ DE DIREITO
Valor de Taxa R\$ 21,34
03/08/2005

CONSUANTE COPIA KEATX DO ESTATUTO ANEXO
Protocolo nº A-3
Pag 113 de Ordem 4759
Apresentado em 03/08/2005
Reg. Livro Nº A-2
Fis. 17
Nº de Ordem AV-3-71
Macaúbas, 03.08.2005

Art 1º - A Associação Comunitária de Comunicação Social, doravante denominada ACCS, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número limitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Macaúbas - Bahia, com sede na Rua Bastos Neves, 73/2, apartamento 1, bairro de Macaúbas.

COMARCA MACAÚBAS - BAHIA

CONFERE COM O ORIGINAL DOU

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA

RUA



Parágrafo único - A Associação utilizará como instrumento de comunicação paratextual a Rádio FM e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º - A Associação Comunitária de Comunicação Social tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade a difusão de idéias, conhecimentos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o laço, a coesão social;

- c) prestar serviços de utilidade pública, prestando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas, radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das qualidades educativas, artísticas,

- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

- d) não discriminação de raça, religião, sexo, pre-



períncias pessoais, com relação política, ideológico-partidária e conexão social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer

§ 2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versões, de forma simultânea em suas atividades, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade brasileira terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, podendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante prévio encaminhado à direção responsável pela Radio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por culpa provada no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da Associação Comunitária de Comunicação Social será utilizada, integralmente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos associados ou dirigentes.

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL. DOUF.

MACAUBAS BA 02/08/2005

Tabellã de Notas

CAPÍTULO II

Dos Associados

TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE MACAUBAS - BAHIA
Maria José Paixão

Nº 05.322970

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembleia Geral, na sede ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A ACCS será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II - Contribuintes - os que se inscreverem após o encerramento da Ata de Fundação e mantiverem suas contribuições e participações em dia;

III - Honorários - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à Associação, ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

a) o direito de voto e de concorrer a todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, desde que atendam ao disposto no § 2º do Art. 12;

b) o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade nas instâncias deliberativas previstas neste Estatuto;

c) deliberação sobre o ingresso, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes por meio de seus representantes legais os direitos acima concedidos aos associados pessoa física;

d) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de



exclusão definitiva do grupo social, deixando justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja devidamente comprovada mediante requerimento dirigido à Diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa do associado em questão.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos e de seu funcionamento

Art. 10º - São órgãos da ACCS:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.



Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da ACCS, será composta por seus associados e será ordinariamente a cada ano, no mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada três (3) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da Diretoria, por maioria dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados contribuintes, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral, quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigida a presença concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, especialmente convocada para esse fim.

ela deliberar, em primeira convocação, sem o quórum
absoluto dos associados, ou com pelo menos de
um terço nas convocações seguintes.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência
mínima de oito dias, através de edital ou circular
colado afixado na sede da ACCS e entregue, brevemente
na sede das entidades que compõem o Conselho
Municipal e com divulgação através de folheto
nos quatro chamados diários durante a programação
da emissora, devendo conter data, hora, local
e pauta da reunião.

§ 3º - A Assembleia Geral em primeira convocação
somente com metade mais um dos associados ap-
tos a votar e, em segunda convocação, trinta mi-
nutos após com qualquer número de associa-
dos aptos a votar, respeitadas as disposições dispo-
sitos no § 1º.

§ 4º - A Assembleia Geral convocada para fins de eleição,
alienação de bens, dígitos, bens imóveis ou outros
ou extinção da entidade, deverá ser convocada com
trinta dias de antecedência e deliberar com quórum
que este estatuto, mediante voto dos associados
em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo
menos seis meses, respeitadas as disposições dis-
postos no § 1º.

Art. 12 - A Diretoria da ACCS, órgão executivo e adminis-
trativo, será composta por um Diretor Geral, um Dire-
tor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos na
Assembleia Geral para um mandato de três anos,
permitida a reeleição.

§ 1º - A Diretoria da ACCS poderá ser substituída
para finalização do mandato, no todo ou em par-
te, mediante decisão em Assembleia Geral
de acordo com as disposições do § 1º do Art. 11.



§ 2º - Apenas farão parte do Conselho Brasileiro na-
tos ou naturalizados de idade 10 (dez) anos e mais
ou de 18 anos ou emancipados, cujas residên-
cias sejam situadas na área da competência a-
tendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar
no exercício de mandato eletivo que lhes assegu-
re imunidade parlamentar ou função pública de
correr foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

T - Da Diretoria:

- a) Administrar e supervisionar os trabalhos co-
muns da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais.
- c) Representar a ACCS em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvi-
mento da ACCS.
- e) Apresentar relatório anual à Assembléia Geral,
acerca do Balanço Patrimonial e Relatório de Ati-
vidades.
- f) Prestar contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a co-
munidade e entidades afins.
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para
a realização e desenvolvimento das finalidades
da entidade.
- i) Aliear, decidir sobre a aquisição e constituições
sobre bens móveis e imóveis mediante autori-
zação da Assembléia Geral.

II - De cada dirigente:

- a) Do Diretor Geral: representar a ACCS, pessoalmente,
judicial e extrajudicialmente, coordenar e pre-
sidir as reuniões da Diretoria; assinar contratos,
ajustes ou convênios de interesse da Associação;
movimentar conta bancária conjunta da entidade.

de com os demais responsáveis, votar e deliberar sobre o desempenho nas deliberações da Diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário.

b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades de administrativas e financeiras da entidade; dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar com a conjunção com os demais responsáveis e assinar como Diretor Geral todos os documentos concernentes a vida financeira da ACCS, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretariado; dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a existência do movimento econômico e financeiro da entidade;

c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob pontos de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrocínio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria,



seu comporta-mento, e, por fim, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, bairrinhos, religiosos ou de moradores, devidamente legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprir as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como a sua avaliação.

TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE MACAÚBAS - BAHIA

Maria José de Fátima de Almeida Pinheiro

CAPÍTULO IV

Das Eleições

Art 15- As chapas para a diretoria e para a fiscalização se entregues até três dias antes da convocatória geral de eleição, por requerimento à Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de associados, um décimo de associados aptos a votar.

§ 1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto simultâneo ou por procuração.

§ 2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de 25% por cento dos votos válidos totalizados no pleito eleitoral. A escolha do critério para a formação da

decidida no início da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

Da Programação

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostos na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transmissão da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPÍTULO VI

Da Receita e do Patrimônio

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ACCS será composto pelas contribuições sociais depositadas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários, aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores devidos de suas atividades das Comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

CAPÍTULO VII

Da reforma do Estatuto e da dissolução

Art. 18 - Este Estatuto poderá ser reformado, total ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.



16

ordinária, especialmente para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19- A dissolução da ACCS ocorrerá segundo decisões de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins idênticos, digo, não econômicos e benéficos, definida na Assembleia.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais

Art. 20- Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso para Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21- O presente Estatuto foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de julho de 2005 e entra em vigor na data de sua publicação no registro de pessoas jurídicas.

Macaúbas, 12 de julho de 2005.

Aprovadas as reformas estatutárias, com a seguinte redação, eleger-se a nova Diretoria, de acordo com as indicações deste Estatuto, ficando assim constituída: Diretor Geral: Moacir Silva Santos; Diretor Administrativo: Rubenvaldo Magno Oliveira e Diretor de Operações: Antônio José Gomes Sousa. Para assinar esta ata, compareceram os associados: Leindolfo Antônio Silva Santos, Marcos Ricardo Figueiredo Pinto e João Bastos da Silva. E para contar eu, Ademir José Figueiredo, Secretário, lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada, assinada Macaúbas, 12 de

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. Dou F.
ACIUBAS-BAHIA 08/2005



COMARCA DE MACAUBAS-BAHIA

81
julho de 2005.

Antônio José Alcântara de Figueiredo, em - Secretário
Em tempo: registre-se que o número do C.P.F. do
Diretor Administrativo é 480.066.105-68 e que o
Conselho Comunitário ainda não foi constituído,
mas sua para compô-lo foram citados as seguin-
tes entidades: Comissão Macaibense de Fomento Pes-
queiro da Lavoura, Paróquia de Macaibas, Sindicato
dos Trabalhadores Rurais de Macaibas, Associação
Cultural Professor Mota. Macaibas, 12 de ju-
lho de 2005.

Antônio José Alcântara de Figueiredo, em - Secretário

Moisés Silva - Santo

Antônio José de Jesus Sousa

Luiz Carlos do Nascimento

Hydelfe Antônia Silva

Apelido de Figueiredo

for Baste da Silva

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O

MACAUBAS-BA



08/07/2005

Nº 001.22980

DE NOTAS

MACAUBAS-BAHIA

Maria José Figueiredo

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

Costa Paixão

X ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA RÁDIO TROPICAL FM COMUNITÁRIA DE MACAUBAS

X Aos 30 dias do mês de julho de 2005 às 9:00h, no salão de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaibas (S.T.R.) à uma convocação do Conselho Comunitário de Comunicação Social, as socas e representantes de associações, instituições e demais representantes de vários segmentos sociais de Macaibas para eleger o Conselho Comunitário da Rádio FM Comunitária de Macaibas.

X Os trabalhos foram coordenados pelo diretor da Oficina: Antônio José de Jesus Sousa que tinha o intuito de servir de referência comunitária e a lei de organização do referido serviço exclusivo e o artigo que regulamenta.

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FL
MACAUBAS-BA 13/10/2005

TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MACAUBAS-BA
Maria José Figueiredo
Tabelião de Notas
Maria do Carmo Rocha
Escritor



Ata da assembleia geral extraordinária da Associação
Comunitária de Comunicação Social - A.C.C.S., doravante
denominada A.C.C.S., para ratificação do Colégio e do
artigo 1º do estatuto social

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois
mil e nove às 17 horas, reuniram-se o diretor e
associados da associação Comunitária de Comunicação
Social - A.C.C.S., doravante denominada A.C.C.S., em sua
sede à rua Castro Alves 7312 apartamento 01, Centro
Macaúbas-Ba para deliberar e ratificar o Colégio
e o artigo 1º do Estatuto Social conforme sobestação
no Ofício nº 6256/2005/RADCOM/MS/ESCE-MC,
assinado pelo secretário de serviços de comunicação
eletrônica Spauldon L.B. Ferreira, que foi apresentado
pelo diretor-geral da A.C.C.S. Marcos Silva Santos
dando a leitura a reunião e a presidência foi exercida
obtendo quórum mínimo, conforme assinaturas
lançadas no livro próprio, ficando de posse em diário

O Colégio define: Associação Comunitária de Comunicação Social - AACS, doravante denominada AACS. Artigo 1º assim constituído:

Artigo 1º A Associação Comunitária de Comunicação Social - AACS, doravante denominada AACS, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e de caráter cultural e social, de gestão comunitária, constituída por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da Comunidade Atendida, por fins não econômicos do Município de Macaúbas-Bahia, com sede na Rua Costa Alves, 7312, Apartamento 1, Centro.

Parágrafo único - A AACS utilizará como denominação fantasia "Tropicália FM" e reger-se-á pelos dispositivos deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Após a aprovação da ratificação estatutária por todos os associados e diretoria, o diretor que o organizar a todos e encerrar a assembleia geral extraordinária e em Rubenvaldo Mogen Oliveira diretor administrativo levou a presente ata que foi devidamente assinada pelos membros da diretoria e associados.

Macaúbas 10 de outubro-2005.

Rubenvaldo Mogen Oliveira

Antônio José de Jesus Santos



PODER JUDICIÁRIO
INST. PEDRO RIBEIRO DE ADM. JUDIC. - TRAJ

Valor da Taxa R\$ 21,34

13/10/2005

Assinatura do Responsável

AVATAÇÃO

Processo nº A-3 Pág. 119 Nº de Ordem 4.947

apresentado em 13/10/2005

Pag. Livro Nº A-2 Fls. 18 Nº de Ordem AV-5-71

13/10/2005

Oficial

TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MACAÚBAS-BA
Maria José Figueiredo
Maria do Carmo Rocha

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. DOUF-
MACAÚBAS-BA 13/10/2005

LISTA DE PRESENÇA DA DIA DA ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, DORAVANTE DENOMINADA
ACCS. EM 10 DE OUTUBRO DE 2005 PARA PETIFICAR
O TABELAÇÃO E O ARTIGO 1º DO ESTATUTO SOCIAL.

Antônio José de Jesus Sousa - DIRETOR DE OPERAÇÕES
Atílio Vilar - Banda Mota - Fundação Cultural Prof. Mota
Cícero Viana Vil. Col.

João Figueiredo Vg
Francisco José de Figueiredo

Maria Silva SANTO - DIRETOR GERAL

Francisco Figueiredo Oliveira

Filipe da Silva Mota

Agostinho José da Silva

Kanderlene Figueiredo Cardoso Aguiar

Jose Basto da Silva

Katia Cristina Vaz Rocha

Leila de Fátima Oliveira Pereira

João Roberto Alves Aguiar

João Figueiredo Vaz

Vinícius de A. Silva SANTO

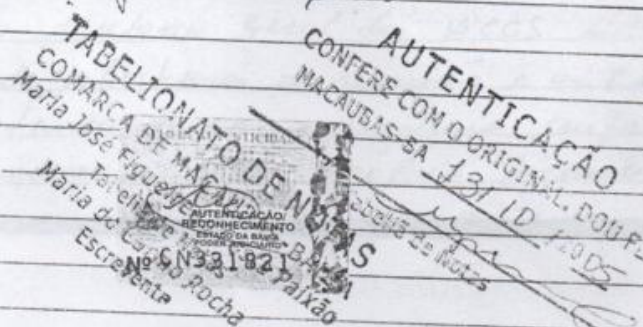
Manoel Alcântara de Figueiredo

João Carlos Figueiredo SANTO

Carla Rocha Figueiredo SANTO

Paulo Roberto Mota Oliveira - DIRETOR ADMINISTRATIVO

Reinaldo José Gonçalves



ATA MARSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO
COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA RÁDIO TROPICAL
FM COMUNITÁRIA DE MACAUBAS

Em 30 de out de mês de outubro de 2005 às 9:00h, no salão
Bolos de reunião do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio de
Macaubas (S.T.R.) à uma reunião de no Conselho Comunitário
de Macaúbas da associação Comunitária de Comunicação
Social, as sócias e representantes de associações
lucrativas e de representantes de vários segmentos
de Macaúbas para eleger o Conselho Comunitário da Rádio
FM Comunitária de Macaúbas.

X Os trabalhos foram coordenados pelo diretor da
Oração: Antônio José de Jesus Sousa que tem o intuito
de servir de recuperação Comunitária e a lei de regulamentar
tudo de referido serviço exclusivo e o artigo que refere-se

da Comissão nº 248
do Associação Beneficente Cultural Catim e Pádua
SIN.

Após a aprovação os membros do Conselho elaboraram o estatuto do Conselho com sua denominação, sede, finalidades e duração, elegendo ainda a comissão de redação e sendo estes como coordenadores

X CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICACÃO SOCIAL DA RÁDIO TROPICALIZADA.

CAPÍTULO I

DIA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO.

ARTIGO 1º O Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio Tropicalizada em Comunitária por iniciativa do referido Conselho, é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou comerciais, cujo registro de processo no cartório de registro de pessoas jurídicas, nos termos de lei.

ARTIGO 2º O Conselho tem sede a zero na cidade de Macaúbas, Bahia, à rua Visconde do Rio Branco, nº 20. Entende-se sua área de atuação abrangendo todo o município de Macaúbas, podendo ter experiência com outras entidades da região.

ARTIGO 3º Constituem finalidades primordiais do Conselho:

- 1) trabalhar com a Rádio Comunitária no sentido de fornecer notícias para ser veiculadas no espaço comunitário;
- 2) defender a comunidade por todos meios e direitos, em favor de atitudes as aspirações e necessidades mais da comunidade local.

3) O Conselho tem poder de fiscalizar a atividade Rádio para evitar que a mesma deixe de cumprir com as normas sociais previstas neste estatuto e em legislação de Rádio Difusão Comunitária.

D) A Rôdo Comunitária, EM se apresentando, aqui pelo seu
 Diretor da operação Antônio José T. de Souza, colada a disposição
 da comunidade local através do Conselho Comunitário de Comunicação
 Social de forma gratuita de (suas atividades) para, durante toda
 sua programação de vídeo assim atender as necessidades da comunidade
 Utilidades Públicas da Comunidade. É um curso especial surgido
 no decorrer da programação

E) As motivações que o Departamento de Jornalismo apresenta tendo
 em vista a sua função a filosofia social de Rôdo Comunitária.

F) O Conselho poderá pedir esclarecimento por escrito dos trabalhos
 ao Departamento de Jornalismo, quando houver necessidade.

H) As motivações só serão vinculadas após a aprovação dada
 em juízo em forma de entrevista quando tiver a presença de
 Diretor do Departamento de Jornalismo e ou do próprio
 as reuniões das motivações animarão termo de responsabilidade
 de suas ações

Artigo 4º DAS PENALIDADES

O Conselho Comunitário de Comunicação Social tem ampla
 poder para tomar medidas cabíveis contra a inobservância
 do presente estatuto e no caso de reincidência Comunitária
 do prozo de duração do Conselho Comunitário de Comunicação
 Social é indeterminado.

6º O Conselho é composto de no mínimo 05 entidades
 locais do município sem fins lucrativos dentre elas um
 Coordenador e um secretário para coordenar os trabalhos.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O mandato desta Conselho
 será de três (3) anos com direito a reeleição.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os critérios os requisitos de
 eleição do Conselho serão definidos no regimento interno suscitado
 nos artigos, parágrafos e litros deste estatuto.

7º O presente estatuto entrará em vigor no ato
 de sua aprovação no Conselho de Registro de Pessoas Jurídicas no
 nos termos da lei.



1371 1970-71

SECRETARIO DO GOVERNO.
R. COPIN ~~REDACTED~~

tenticular. Fica a mesma quantidade de pasta

º de Ordem **4760** *resolução do Conselho. O referido...*

Nº de Ordem AV-4-71

Nº de Ordem AV-4-71

Nº de Ordem AV-4-71

Nº de Ordem AV-4-71

Nº de Ordem AV-4-71

Nº de Ordem AV-4-71

Nº de Ordem AV-4-71



Termo de Abertura para lista
de presença da Assembleia Geral extra-
ordinária da Associação Comunitária de
Comunicação Social (ACCS) em 12/07/
2005.

SÓCIOS FUNDADORES:

Antônio José do Jesus Sousa

Paulo Ricardo Siqueiredo Pinto

Flavio Sthor de Lencastre

Francisco Figueiredo Oliveira

Waldemar Ribeiro de Sousa Filho

Edmir Conceição dos Santos

Lucila de Fátima Oliveira Pereira

Heitor Silva S.O.

Lindolfo Brito Silva Filho

Patrícia Cristina da Costa Moraes

Reginaldo José da Silva

João Carlos Figueiredo Brito

Arthur de Melo Oliveira

Francisco Baite da Salvação Filho

Hélio da Silva Neto

SÓCIOS CONTRIBUINTES:

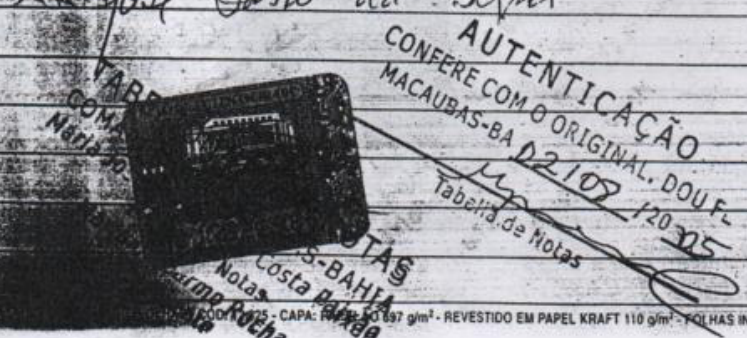
João Roberto Alves Guedes

Edmir Conceição dos Santos

Manoel Antônio de Figueiredo

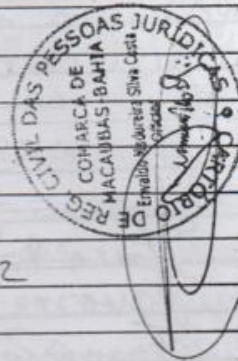
Edmir Conceição dos Santos

João Carlos Figueiredo Brito



LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO
COMUNITÁRIO EM: 30 de julho de 2005.

1. - Mrs. Célia Bonfatti Mota - Fund. Cultural Prof. Mota
2. - João Paulo da Silva
3. - João Figueiredo Vaz
4. - Hedolpho de Silva Santos
5. - João Figueiredo Vaz
6. - João Figueiredo Vaz STR
7. - Antônio José de Jesus Gomes
8. - Antônio José de Jesus Gomes
9. - Raimundo João Gonçalves - STR
10. - João de Deus Figueiredo
11. - Francisco Bentes da Silva Filho
12. - João Roberto Alves Aguiar
13. - Francisco Figueiredo Oliveira
14. - João de Deus Figueiredo
15. - João de Deus Figueiredo
16. - João de Deus Figueiredo
17. - João de Deus Figueiredo
18. - Wanderlene Figueiredo Cardoso Aguiar - Comissão S. Francisco
19. - Guilherme Silva de Figueiredo Alencar e Amigos de S. Rita
20. - Helio da Silva Avelar
21. - João de Deus Figueiredo
22. - João de Deus Figueiredo
23. - João de Deus Figueiredo
24. - João de Deus Figueiredo
25. - Valdinei Vieira Costa Rep. Copreiro - Ciron



AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
MACAUBAS-BA
02/08/2005
TABELA DE NOTAS
COMARCA DE MACAUBAS
Maria José de Almeida
Tabelante
Maria do Carmo Rocha
Escritor

em cargo volitivo na rádio como fundador
 e por ser um locutor profissional sob DRT
 3250. No momento a rádio não pode pagar esse
 salário mas assim que vierem recursos tornará
 válida esta proposta. Pois ele vem passando sua
 formação de radiodifusão para os novos locutores
 em cursos internos no dia a dia uma conheci-
 mento volitivo para a rádio por esta se localizar longe
 dos grandes centros.

Modifica-se o art. 12 do capítulo III, passando
 o mandato da diretoria de 3 "três" para 5 "cinco" anos
 cria-se no capítulo IV, art. 15 o inciso 3º

A diretoria poderá ser mantida no cargo por
 consenso da maioria dos sócios sem eleições directas, caso esta
 apresente provas concretas de desenvolvimento geral da rádio
 e do não envolvimento que gere este estatuto. Provas visuais
 e documentais.

Altera-se o capítulo VI deste estatuto dando
 opção a diretoria de remuneração de acordo com
 os trabalhos de locução de rádio e de direcção
 interna, desde que estes não exerçam outras outras
 funções em cargos públicos remunerados com poder
 aquisitivo elevado.

E estes vivem realmente para o desenvolvimento
 geral da rádio.

Marcos Silva, director geral e os demais ocitaram
 de saída de Cassio Bastos da emissora, ele alegou não
 ganhar nada e que exerce outras actividades. Antes ele
 tinha oculto ser voluntário, pois a rádio estava iniciando
 e não recebia nenhuma ajuda financeira.

A rádio necessita de pessoas conscientes do
 cooperativismo e associativismo. Alguns membros vêm causando
 transtornos à rádio por odiarem a política que não querem
 que a rádio seja a democracia plena. Pois estão

TABELONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS

CONFIRMAÇÃO
 COM ORIGINAL, DOU FÉ
 Comarca de Macaúbas 23/10/07

FIGUEIREDO, C. PAIXÃO
 204.4571-9 - Ta. Belém

ATTESTADO DE AUTENTICIDADE
 Nº 2656368

nas reuniões com os obreiros na Comunidade.

Os diretores da A.C.C.S. ulteriores que sentaram com o executivo municipal para tentar um Ato cultural de emissão, mas não foi possível pelo fato do chefe de gabinete e Sr. José João Pereira insinuando política partidária o que fez o estatuto do rádio. Sr. José João trouxe até o rádio Comunitário um CD gravado na voz de São Erasmo "Trovante" o chefe de gabinete de Ruben Filho que a origem o rádio possui o CD, que se encontra anexado aos arquivos do rádio. Ele disse que se não for possível divulgar os obras do Ruben, fica deficit 70% (contato) contrato com o rádio... Diante desses fatos e de outros, o diretor administrativo RUBENVALDO MAGNO OLIVEIRA disse que não podemos aliar mão da comunidade, que obreiros não opõem sempre e que não temos que analisar, com também não esquecer dos que estiveram envolvidos no processo inicial para que este não se torne uma realidade.

Muitos sócios disseram nesta reunião, com a programação e que Macaúbas está com um veículo de comunicação totalmente aberto para a comunidade.

Novos cidadãos macaúbenses preencheram o ficha de filiação e passaram a ser sócios desta associação.

JOAQUIM MOIZES SANTOS, DENILDE DA SILVA SANTOS

FELIX EMILIANO DE OLIVEIRA FILHO, AFDWSO MARIA DE LIGÓRIO

SANT'ANA, GENIVALDO CONCEIÇÃO SOUZA, ANA MARIA DE SOUZA

CARLINA MARIA DE SOUZA, AMARILSON JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA

Nestas reuniões ficou aprovada a reforma estatutária pelo a maioria dos presentes, não tendo mais nada por tratar e Rubenvaldo Magno Oliveira levou a presente ata que segue por mim assinada, pelos demais diretores e por dois sócios.

Rubenvaldo Magno Oliveira-



LABELONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS
AUTENTICAÇÃO
CONFEREI COM ORIGINAL DOU FÉ
Comarca de Macaúbas 31/10/07
MÁRIA JOSÉ FIGUEIREDO C. PAXÃO
Cadastro 204.457-9 - Tabella

26/04/2024
Zélandosa
Zena Lúcia Lino Ribeiro Silva
Sub-Chefe do Depto de Arquivos
Comarca de Macaé-BR
Cidade de 20000-0

Salgør for da Mata



Cadastro 204.451-9 - Tabela

ANOTAÇÃO

Protocolo nº A-3 Pag. 145 Nº de Ordem 5.788
Apresentado em 23/10/2007
Reg. Livro Nº A-5 Fis. 033vº Nº de Ordem AV-7-071
Itacambas-BA, 23 de outubro de 2007
Oficial Reia Lucia Peão Cardoso Silva

Via Lida 1500 Cód. 0000 S/100
Sub-Ofício do Reg. do Juízo
Governo do Estado de
Mato Grosso do Sul
Cadastro nº 992.188-4

PODER JUDICIÁRIO	
INST. PEDRO RIBEIRO DE ADM JUDIC - IPRAJ	
Valor da Taxa	R\$ 2200
23/10/07	<u>Reia Lucia</u>
Assinatura do Responsável	

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS, para alteração estatutária

Aos 06 dias do mês de setembro de 2008 às 10 horas reuniram-se os sócios da Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS, para alteração do capítulo VI do dia 06-07-07

Após uma análise pelos sócios do estatuto e do ofício de nº 6305/2008/1RADCOM/DOSS/SSCE - MC de 15 de agosto de 2008, verificaram-se que realmente houve um equívoco que de hora fica retificado, tornando-se válido o item a seguir: A Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS terá sua diretoria aprovada por eleição em assembleia geral pela maioria dos seus associados no gozo de suas atribuições legais como foi eleita a última diretoria no dia 12-07 de 2008.

Nada mais a tratar, a diretoria me pediu e a qual lavrei a presente ata que segue por mim Anne Caroline Campos Carneiro portadora do CPF nº 040.386.395-33 e segue por mim assinada, pelos diretores e pelos demais sócios no livro 02

Macaubas, 06-09-2008

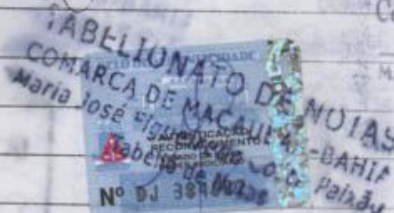
Anne Caroline Campos Carneiro

Antônio José de Jesus Silva
Maurício José de Jesus Silva
José Silva



TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM ORIGINAL, DOU FÉ
Comarca de Macaúbas 22/09/08

MARIA JOSÉ FIGUEIREDO C. PAIXÃO
Cadastro 294.457-9 - Tabelião



LISTA DE PRESENCIA DA ASSEMBLEIA
GERAL REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO 2008

* Ana Macedo dos Anjos
 * Antonio Jose de Jesus Sousa
 * Jose Basto da Silva
 * Denilde da Silva Santos
 * Jose Marcos Figueiredo
 * Anne Caroline Campos Carneiro
 * Adilson Santos Louza
 * Alessandra Santos Sousa
 * Waldemar Filipe de Moura Filho
 * Amarilson José Gouveia de Oliveira
 * José Roberto Alves Azevedo
 * Alan José Macilena de Figueiredo
 * Carlinda Maria de Souza
 * Gilson Agostinho da Silva
 * Maria da Luz Silva
 * Lindolfo A. S. Silva
 * Rubenvaldo Moura Oliveira

ANOTAÇÃO

Protocolo nº A-3 Reg. 152 nº de Ordem 5.989
 Apresentado em 23 / 09 / 2008
 Reg. Livro nº A-3 fls 054 v. nº de Ordem AV-9-043
 Macaúbas BA, 23 de setembro de 2008
 Oficial *[assinatura]*

CARTÓRIO DE REG. DE IMÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS, COMARCA DE MACAÚBAS - BA

Erivaldo Madureira Silva Costa
 Oficial - Cad. 204.448-0
 Vera Lucia Leão Cardoso Silva
 Subtitular - Cad. 302.152-3
 Roberto Oliveira Sousa
 Escrevente - Cad. 900.415-7

TABELIONATO DE NOTAS
 COMARCA DE MACAÚBAS - S-BAHIA
 Maria José Figueiredo C. Paixão
 Tabela
 Nº DJ 384683

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS
 AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM ORIGINAL, DOU FÉ

Comarca de Macaúbas, 22/09/08

MARIA JOSÉ FIGUEIREDO C. PAIXÃO
 Cadastro 204.357-9 - Tabela

PODER JUDICIÁRIO
 INST. PEDRO RIBEIRO DE ADM. JUDIC. - IPRAJ
 Valor da Taxa R\$ 02,00
 02/09/2008 *[assinatura]*
 Assinatura do Responsável

TRIBUNAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS
 COMARCA DE MACAÚBAS - BAHIA
 Erivaldo Madureira Silva Costa
 Oficial

ANEXO 6
FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO - RÁDIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 - ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

- ☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução - Processo de Outorga
☒ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas - Processo de Pós-Outorga

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

A S S O C I A C Ã O C O M U N I T Á R I A D E C O M U N I C A

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

Ç Ã O S O C I A L - A C C S

CNPJ

0 2 . 4 5 7 - 8 0 1 / 0 0 0 1 - 0 6

3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A F R E I L U I Z M A R I A Nº 2 3 8

BAIRRO

A L T O D O C R U Z E I R O

CIDADE

M A C A Ú B A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

Latitude: N - Norte ou S - Sul

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

B A 1 3 ° 0 1 ' 6 , 3 4 " S 4 2 ° 4 1 ' 5 5 " W

4 - LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

R U A F R E I L U I Z M A R I A Nº 2 3 8

BAIRRO

A L T O D O C R U Z E I R O

CIDADE

M A C A Ú B A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

- Norte ou S - Sul

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: N

B A 1 3 ° 0 1 ' 6 , 3 4 " S 4 2 ° 4 1 ' 5 5 " W

5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

R U A F R E I L U I Z M A R I A Nº 2 3 8

BAIRRO

A L T O D O C R U Z E I R O

CIDADE

M A C A Ú B A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

Latitude: N - Norte ou S - Sul

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

B A 1 3 ° 0 1 ' 6 , 3 4 " S 4 2 ° 4 1 ' 5 5 " W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P A M E N T O S E L E T R Ô N I C O S

MODELO

HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

POTÊNCIA

Nº

T E C 1 1 3 2 5 , 0 W 0 7 1 7 / 0 3

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

T E C L A R E Q U I P A M E N T O S E L E T R Ô N I C O S

MODELO

POLARIZAÇÃO

P T V C E H X

TIPO

GANHO max (Gt)

0 , 0 dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

3 0 m

ALTURA DA TORRE

3 0 , m

ALTITUDE DO LOCAL

6 7 2 , 0 m

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K M P P I R E L L I R G 2 1 3

MODELO

COMPRIMENTO (L)

3 2 , 0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

4 , 2 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1 , 4 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

0 , 7 3 5 2

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (η)} = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,7352) = -17,35 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$\text{E(dBu)} = 107 + \text{ERP(dBk)} - 20 \log d(\text{km}) = 107 + (-17,35) - 20 \log (1,0) = 89,65 \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
	X	A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
	X	A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
	X	O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
	X	A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo	00:00h	24:00h
Segunda-feira	00:00h	24:00h
Terça-feira	00:00h	24:00h
Quarta-feira	00:00h	24:00h
Quinta-feira	00:00h	24:00h
Sexta-feira	00:00h	24:00h
Sábado	00:00h	24:00h

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO
R I C A R D O S I L V A C R U Z

REG.CREA
0 5 0 7 3 9 4 3 0 5

ENDEREÇO
R U A D J A N I R A M. B A S T O S

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)
Nº 1 5 0 4

BAIRRO
V I D A N O V A

CIDADE
L A U R O D E F R E I T A S

UF
B A

CEP
TELEFONE
FAX

Rg

4 2 7 0 0 - 0 0 0 7 1 - 9 8 8 3 2 3 2 7 6

E-MAIL
R I C A R D D O C R U Z @ H O T M A I L . C O M

LOCAL
M A C A U B A S DATA
0 5 / 0 1 / 2 0 1 7

ASSINATURA *Ricardo Silva Cruz*

15 - DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO
A N T O N I O J O S E D E J E S U S S O U Z A

LOCAL
M A C A U B A S DATA
0 5 / 0 1 / 2 0 1 7

ASSINATURA *Antônio José de Jesus Souza*

Endereço de correspondência: RUA FREI LUIZ MARIA N° 238	
Bairro: ALTO DO CRUZEIRO	CEP: 46500-000
Cidade: MACAÚBAS	UF: BAHIA

ATENÇÃO:

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART juntamente com comprovante de pagamento.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20170002444

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

RICARDO SILVA CRUZ

Título profissional: **ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES**

RNP: 050739430-5

2. Contratante

Contratante: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS**

CPF/CNPJ: 02.457.801/0001-06

RUA FREI LUIZ MARIA

Nº: 238

Complemento:

Bairro: **ALTO DO CRUZEIRO**

Cidade: **Macaúbas**

UF: **BA**

CEP: **46500000**

País: **Brasil**

Telefone:

Email: **Tropicaliafm@gmail.com**

Contrato: **S/N**

Celebrado em: **06/01/2017**

Valor: **R\$ 600,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS**

CPF/CNPJ: 02.457.801/0001-06

RUA Rua Frei Luiz Maria

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **Alto do Cruzeiro**

Cidade: **MACAÚBAS**

UF: **BA**

CEP: **46500000**

Telefone:

Email: **Tropicaliafm@gmail.com**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: **06/01/2017**

Previsão de término: **06/01/2017**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

1 - ATUACAO

Quantidade

Unidade

24 - Projeto > CREA-BA-1025 -> ELÉTRICA - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS -> COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO -> #239 - RADIODIFUSAO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Projeto de Alterações Técnicas da Rádio Comunitária de Macaúbas/Ba.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SENTE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MACAÚBAS, 06 de JANEIRO de 2017

Local

data

Ricardo Silva Cruz

RICARDO SILVA CRUZ - CPF: 028.367.275-57

Antônio José de Sousa Sampaio

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS - CNPJ
02.457.801/0001-06

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 81,53**

Pago em: **06/01/2017**

Nosso Número: **46658557**



CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia da Bahia

RUA PROFESSOR ALOÍSIO DE
CARVALHO FILHO, 402, ENGENHO
VELHO DE BROTAS - SALVADOR-BA.
CEP: 40.243-620
Tel: + 55 (71) 3453-8990

COBRANÇA DE A.R.T.

Pagador

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS

CPF/CNPJ

02.457.801/0001-06

Registro CREA

Endereço

RUA FREI LUIZ MARIA, 238

ALTO DO CRUZEIRO - Macaúbas - BA - 46500000

Representação numérica: 10492.34758 71000.200049 04665.855716 3 70410000008153

Agência / Código Beneficiário

0064-7 / 688-2

Número do Documento

24000000046658557

Data Emissão

06/01/2017

Data Vencimento

16/01/2017

Parcela

1/1

Valor do Documento

R\$ 81,53

Detalhes da Cobrança

ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TECNICA - ART

BA20170002444 R\$ 81,53

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

006-659598530-0

06/JAN/2017 HORA DE 18:30:00

OT. 03.11273-7 TERM 028214

LOCALIDADE: MACAUBAS

AG. VINCULADA: 3516

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO CAIXA

CODIGO DO CEDENTE: 234757

NOSSO NUMERO: 0

DATA DE VENCIMENTO: 16JAN2017

VALOR DO PAGAMENTO: 81,53

1049234758 71000200049

04665855716 3 70410000008153

006-659598530-0

VIA DO CLIENTE



Menu Principal ▾

BOA NOITE
RICARDO SILVA CRUZ
Sistemas
Interativos

BOLETO ** Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL - ACCS
CNPJ: 02.457.801/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:46:21 do dia 05/01/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/02/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 05877647 83 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/05/2010

NOME
ANTONIO JOSE DE JESUS SOUZA

FILIAÇÃO
JOAO JOSE DE SOUZA
FRANCISCA MARIA DE JESUS

NATURALIDADE MACAUBAS BA DATA DE NASCIMENTO 26/12/1970

DOC. ORIGIN CER-NAS CM-MACAUBAS BA

DST-SEDE L-A52 F-053 R-001898

CPF 621483115 49

SALVADOR, BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7 116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 03149960 01 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/04/2007

NOME MDACIR SILVA SANTOS

SILVINO FRANCISCO DOS SANTOS
NOEMI COSTA SILVA SANTOS

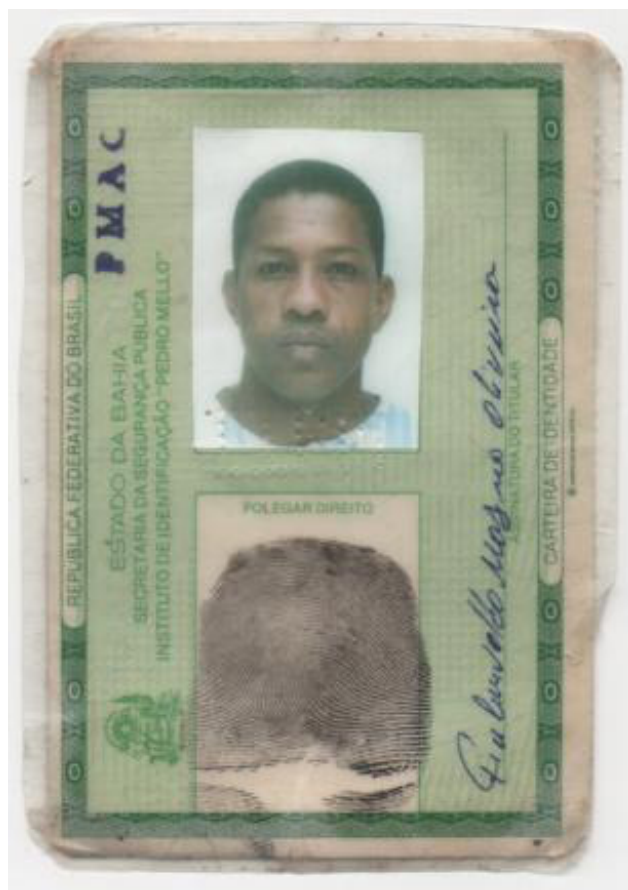
MACAUBAS BA 19/01/1969
CER-CAS CM-SALVADOR BA
DST-VITORIA L-B26 F-140 R-012018
480066105 68

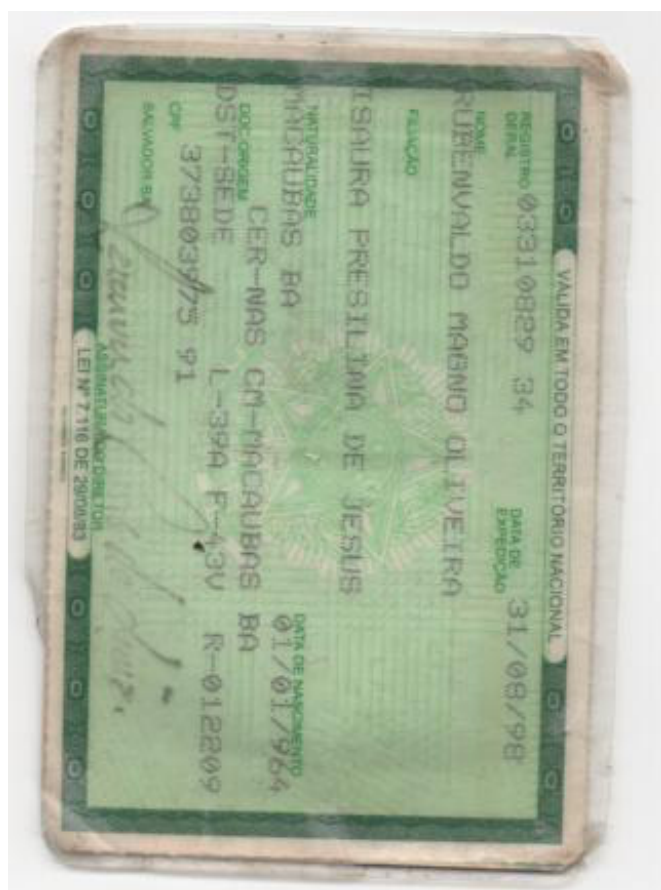
SALVADOR, BA *Facilida. U3 do Just. Comar*

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREGO & SOBR





Associação Comunitária de Comunicação Social (ACCS)

ZYS - 633- Canal 285

Rádio Tropicália Fm 104, 9 de Macaúbas-Ba

CNPJ 02.457.801/0001-06

Processo de Renovação N° 53900.045664-2016-96

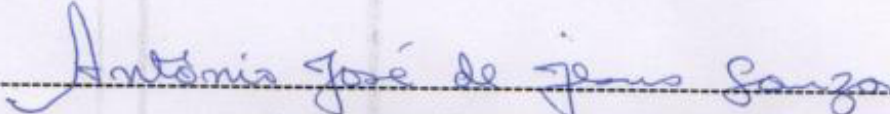
Processo de Outorga N° 53001378-1998

Declaração ▾

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica- Coordenação Geral do
Ministério da Ciência, Tecnologia, inovações e comunicações.

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, que as instalações e
equipamentos da rádio Comunitária Fm 104,9 mhz de Macaúbas estão em
conformidade com os parâmetros técnicos descritos na atual regulamentação e na
licença de funcionamento de acordo com os formulários enviados em anexo no
processo de renovação de Outorga.

Macaúbas- BA 10 de janeiro de 2017



Antônio José de Jesus Souza-Diretor Geral

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

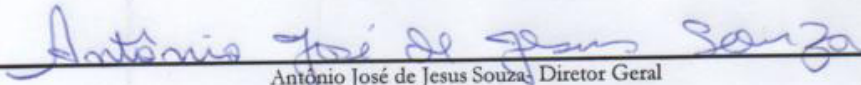
Qualificação da entidade	
Razão Social: Associação Comunitária de Comunicação Social-(ACCS)	
Nome Fantasia: Tropicália FM	
CNPJ:02.457.801/0001-06	
Endereço de Sede: Rua- Frei Luiz Maria	Nº:238
Bairro: Alto do Cruzeiro	CEP:46.500.000
Cidade: Macaúbas	UF: Ba
Nome do representante legal: Antônio José de Jesus Souza	
Endereço eletrônico : tropicaliafm@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Macaúbas- Ba, 10 de janeiro de 2017


Antônio José de Jesus Souza, Diretor Geral

Endereço de correspondência: Rua Frei Luiz Maria-238	
Bairro:Alto do Cruzeiro	CEP:46.500.000
Cidade: Macaúbas	UF:Ba

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.

CCCS - Rua Visconde do Rio Branco S/N

**Relatório Anual do Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio
Comunitária:Tropicália Fm 104,9 mhz de Macaúbas- Ba.**

Ano 2015

O conselho conferiu um livro de atas na sede da rádio com milhares de assinaturas de cidadãos, por serviços prestados de graça pela emissora.

Na programação Geral- Boletins informativos da comunidade de hora em hora e entrevistas de interesse público! Com espaços ao vivo para cidadãos macaubenses e profissionais qualificados de diversos setores, palestras ao vivo, dicas de saúde e prevenção de doenças, citações de leis de defesa da vida e da cidadania Campanhas contra violência praticadas a mulheres e contra o racismo, debates de iniciativas populares e outros temas sociais.

**Prestação de serviços gratuitos pela Tropicália FM –
Dentre muitos, destacam-se.**

- Nota de falecimento
- Notas de pessoas desaparecidas
- Perdidos e achados
- Notas de Sindicatos, Associações e Fundações
- Campanhas educativas e de prevenção de doenças
- Leilão beneficente
- Anúncios religiosos
- Futebol
- Lazer comunitário
- Temas educacionais, culturais e artísticos
- Difusão da democracia
- Informativos sociais
- Entrevistas de interesse da comunidade
- Campanhas solidárias e arrecadação de alimentos, roupas, calçados e brinquedos etc...

Grade de Programação: Tropicália FM 104,9 MHz-Macaúbas-BA.

DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA

Momentos de Reflexões todos os dias as 06h00min, 09h00min, 15h00min e 18h00min.

Horário: 05h00min as 08h00min

Programa: Coração Sertanejo (Músicas sertanejas e informações).

Locutora: Aninha de Macedo

Horário: 08h00min às 12h00min

Programa: Conexão Musical (Sucessos Variados, horóscopo, notícias, resultados de jogos, entretenimento, entrevistas e dicas...).

Locutor: Thony Ghil

Horário: 12h00min às 14h00min

Programa: De Volta ao Passado-Recordações.

Programação Automática

Horário: 14h00min às 16h00min

Programa: Trânsito Livre

Programação com locutores diversos da cidade

Horário: 16h00min às 19h00min

Programa: Coração Sertanejo 2ª edição.

Locutora: Aninha de Macedo

Horário: 19h00min às 20h00min (horário de verão)

Programa: A Voz Do Brasil

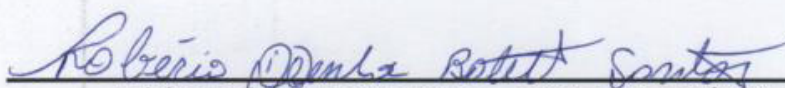
Horário: 20h00min às 23h00min

Programa: Transe do Coração, com a tradução da noite às 21h00min.

Locutor: Thony Ghil

Aos Sábados e domingos: Programações Especiais. E espaço para locutores e cantores regionais. No São João , mês de junho, teve programação especial de forró, valorizando os forrozeiros da terra.

Macaúbas 26-03-2016



Robério Defensor Batista Santos – CNPJ 01.141.220/0001-06

Secretário do Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio
Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas-Ba



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16899/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel

SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul

70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 53900.045664/2016-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, sediada em **Macaúbas/ BA**, para renovação da outorga referente ao período de 26 de Março de 2007 a 26 de Março de 2017.

2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.

3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/04/2017, às 14:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1809801** e o



código CRC **D674AB3A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 16899/2017/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.045664/2016-96 - Nº SEI: 1809801



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16900/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - A.C.C.S.

Praça Imaculada da Conceição, nº 10 - Bairro: Centro

46500000 / Macaúbas – BA

CNPJ nº 02.457.801/0001-06

Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 53900.045664/2016-96.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 26 de Março de 2007 a 26 de Março de 2017, protocolizado sob o nº 53900.045664/2016-96, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/04/2017, às 08:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1809820** e o código CRC **4388E2AA**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 16900/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.045664/2016-96 - Nº SEI: 1809820

Data de Envio:

02/05/2017 14:53:09

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

tropicaliafm@gmail.com

thonyghil@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.045664/2016-96

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1809820.html

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.457.801/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/04/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACOA COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL-ACCS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO TROPICALIA-FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R CASTRO ALVES		NÚMERO 73/2	COMPLEMENTO APTO 01
CEP 46.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MACAUBAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/11/2017** às **11:18:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL - ACCS

CNPJ: 02.457.801/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:17:22 do dia 28/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.045664/2016 Localidade / UF: MACAÚBAS/BA
Entidade: ASSOCIACOA COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL-ACCS
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Rubervaldo Magno Oliveira	373.803.975-91	Diretor de Operações	09/08/2013 09/08/2018	
Antônio José de Jesus Souza	621.483.115-49	Diretor Geral	09/08/2013 09/08/2018	(77) 999519497 (77) 99957082 (77) 999519497 (77) 99957082 (77) 999519497 (77) 99957082 (77) 999519497 (77) 99957082
MOACIR SILVA SANTOS	480.066.105-68	Diretor Administrativo	09/08/2013 09/08/2018	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: Petição 1635791.
 - 1.1) Data de protocolo no SEI: 23/1/2017.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: Petições 1635738 a 1635747, 1635749 a 1635755 e 1635764, 1635766 a 1635768 e 1635770.
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, caput e ?g?;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 8º, ?b?;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8º, ?a?;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 12, caput;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 12, caput (cinco anos); Irregular.
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 2 a 5 (Ofício 01 1614694). (9/8/2013 - 9/8/2018)
Diretor(a) Geral: Antônio José de Jesus Souza; (26/12/1970 - 621.483.115-49)
Diretor(a) Administrativo(a): Moacir Silva Santos; (19/1/1969 - 480.066.105-68)
Diretor(a) de Operações: Rubervaldo Magno Oliveira. (1º/1/1964 - 373.803.975-91)
- 4) Comprovantes de maioridade e nacionalidade: Petições 1635784 a 1635789.
- 5) CNPJ: CNPJ 2433131.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidão SIGEC 2433146.
- 7) Declaração de conformidade: Petição 1635790.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Petições 1635792 e 1635795. Irregular.

***PENDÊNCIAS:

- No caput do art. 12 do estatuto social está previsto que o mandato da diretoria será de cinco anos e não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez.

- Deve ser encaminhado o estatuto social consolidado e atualizado com as modificações indicadas.
- O relatório do Conselho Comunitário não é assinado por todos os cinco representantes de entidades legalmente constituídas e não consta a avaliação acerca da grade de programação.

***CONCLUSÕES:

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 27497/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.045664/2016-96.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Macaúbas**, estado da **Bahia**, apresentou requerimento de renovação da autorização (Petição 1635791), em 23/1/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 26/2/2017. Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. No art. 12 do estatuto está previsto que o mandato da diretoria será de cinco anos, o que é vedado de acordo com o art. 40, V, "b" da Portaria, que limita ao <u>máximo de quatro anos</u>. Além disso, não está expressamente previsto que a diretoria será <u>reconduzida por, no máximo, uma vez</u>, conforme previsão do mesmo art. 40, V, "b".</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Ressalta-se que deve ser encaminhado o estatuto social <u>consolidado e atualizado</u> com as modificações indicadas.</p>

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.			<p>Observação: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme art. 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>Uma vez que o mandato da diretoria previsto no estatuto social será modificado, a Associação deve esclarecer se Ata encaminhada, cujo mandato corresponde de 9/8/2013 a 9/8/2018, continuará válida ou se a diretoria eleita terá o mandato reduzido. Neste último caso, deverá ser encaminhada Ata de Assembleia retificando o mandato da diretoria.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>O relatório do Conselho Comunitário não é assinado por, pelo menos, cinco representantes de entidades legalmente constituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria.</p> <p>Além disso, o relatório encaminhado não obedece ao disposto no art. 116 da Portaria, uma vez que não contém avaliação acerca da grade de programação.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação - assinado por todos os conselheiros - e no qual estejam relacionadas as entidades representadas por cada um deles.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p>

			<p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
--	--	--	---

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 28/11/2017, às 12:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/11/2017, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2433539** e o código CRC **E05066A0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.045664/2016-96

SEI nº 2433539



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 51363/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS** (CNPJ nº 02.457.801/0001-06)

Praça Imaculada da Conceição, nº 10 - Centro

46.500-000 - Macaúbas – BA

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.045664/2016-96.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 27497/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicito que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/11/2017, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2433578** e o código CRC **8207CA4E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência e pressupor a: Ofício 51363/2017/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.045664/2016-96 - Nº SEI: 2433578

Data de Envio:

28/12/2017 11:02:11

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

tropicaliafm@gmail.com

thonyghil@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.045664/2016-96

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2433539.html

Oficio_2433578.html

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PERMANENTE

RG 15.549.658-10 DATA DE EXPEDIÇÃO 14-11-2014

NOME FILONÉSIA ALMEIDA MAGALHÃES

FILIAÇÃO FRANCELINO JOSÉ MAGALHÃES
ANA ROSA DE JESUS ALMEIDA

NATURALIDADE MACAÚBAS BA DATA DE NASCIMENTO 15-02-1992

DOC. ORIGEM C.NAS. CM MACAÚBAS BA DS
SEDE LV 72A FL 219 RT 020544

CPF 406.840.388-03

ASSINATURA DO TITULAR *Filonésia Almeida Magalhães*

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A) *Paula U. de Almeida*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Nome
FILONÉSIA ALMEIDA MAGALHÃES

Nascimento
16/02/1992

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Produção
MAI/2008

BANCO DO BRASIL

INSCRIÇÃO: 0003762.5 CLS: PAR TAR: A-2 RES: 0 COM: 0 ECONOMIAS: 0 IND: 0 PUB: 0 OUT: 1 NF/CONTA: 170173044 EMISSÃO: 04/12/17 MÊS/FAT: DEZ/2017

ANA ROSA DE JESUS ALMEIDA
RUA ANTONIO OLIVEIRA, S/N
ALTO DO CRUZEIRO
MACAUBAS
ENDEREÇO DE ENTREGA

Cep: 46.500-000
BAHIA

LOCALIZAÇÃO

00.00.03.0000016510

LOCALIZAÇÃO

ULTIMOS CONSUMOS				SERVIÇOS E TARIFAS			
MÊS/FAT	CONSUMO	OCORRÊNCIA	DC	CÓD.	DESCRIÇÃO	PREST.	VALOR
DEZ/17	15	000	032	15	001 AGUA		61,80
NOV/17	19	000	028	19	027 TAXA DE DISPONIBIL. DE SERVIÇO		2,50
OUT/17	22	080	034	22			
SET/17	15	000	029	15			
AGO/17	20	080	032	20			
JUL/17	15	000	030	15			
JUN/17	11	000	029	11			

HIDROMETRIA									
HIDRÔMETRO	DATA INSTALAÇÃO	LEIT. ANT.	DATA LEITURA	LEIT. ATUAL	DATA LEITURA	CONSUMO	DIAS/CONSUMO	OCORRÊNCIA	LEITURISTA
08N020636	12/02/2008	01331	23/10/2017	01346	24/11/2017	00015	032	000	003
PARÂMETROS DE ÁGUA DISTRIBUÍDA									
Portaria 2.914 de 12/12/2011 - Valores máximos permitidos									
Reservatório:									
Parâmetros	ETA	Cor	pH	Cloro	Turbidez	Ft	03/10	03/10	03/10
Padrão	até 15UH	6,0 a 9,5	até 5,0	até 5,0	até 5UT	até 1,5 mg/l	Ausente		
Vlr. Médio									
Qtde. Análises	0	7,1	1,5	0,3	0,8	0%			
MENSALIZENS									
	1	1	1	1	1	1			

O SAAE DESEJA A TODOS UM FELIZ NATAL, BOAS FESTAS E UM EXCELENTE 2018

MULTA: 23 ENCARGOS DIÁRIOS: 1,29 MÊS(ES) EM DÉBITO: 0,19 0,06 PARABENS! O SAAE AGRADECE SUA PONTUALIDADE

VENCIMENTO: 0003762.5 VALOR R\$: 64,30



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG	11.326.645-60	DATA DE EXPEDIÇÃO	16-08-2017
NOME	ANA MACEDO DOS ANJOS		
FILIAÇÃO	ADELINO FRANCISCO DOS ANJOS MARIA ROSA DE MACEDO		
NATURALIDADE	MACAÚBAS BA	DATA DE NASCIMENTO	23-06-1979
DOC ORIGEM	C.NAS. CM MACAÚBAS BA DS CANATIBA LV 015 FL 205 RT 000818		
CPF	004.401.515-11		
 ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A)			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 THOMAS GREIG & SONS			



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI, Salvador, BA | CEP 41.181-909
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Ins. Est. 00476696NO**DADOS DO CLIENTE**

MARIA ROSA MACEDO DOS ANJOS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

TV STA CRUZ 21

CPF: 885.881.565-68

ALTO DA SANTA CRUZ/MACAUAS
MACAUAS BA
46500-000**CLASSIFICAÇÃO**B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
265849927	UNICA	18/12/2017
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
18/12/2017	1011526934	3147822

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7021505263	12/2017
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
22/12/2017	15/01/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	53,52

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	76,000000	0,64703904	49,17
Acrescimo Bandeira VERMELHA			4,35
TOTAL DA FATURA			53,52

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
99398880	CAT	16-11-2017	9.544,00	16-12-2017	9.620,00	30	1,00000		76,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh
DEZ 17 76
NOV 17 65
OUT 17 74
SET 17 60
AGO 17 72
JUL 17 45
JUN 17 51
MAI 17 52
ABR 17 48
MAR 17 53
FEV 17 45
JAN 17 49
DEZ 16 56

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
53,52	27,00	14,45
53,52	0,62	0,43
53,52	3,79	2,02

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	15,62	29,19%
Transmissão	1,97	3,49%
Distribuição (Coelba)	12,23	22,85%
Perdas de Energia	2,87	5,36%
Encargos Setoriais	4,02	7,51%
Tributos	16,91	31,60%
Total	53,52	100%

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo (kWh) 0,44251000

RESERVADO AO FISCO

41BE F1FD D630 C41E 6FE5 087D 59E4 C0B3

INFORMAÇÕES IMPORTANTESNa data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.anel.gov.br. O cliente é compensado quando há variação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2% (Res 414/ANEEL). Juros 1% a.m. (Lei 10.438/02) e atualização monetária no pro. mas O Cliente é compensado quando há desvirtuamento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2016 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para todos os efeitos legais, a mensuração das obrigações do consumidor, as quais, de acordo com a Lei 13.007/09, não abrangem débitos de parcelamentos e concessões de unidades nem futuras em discussão judicial que possam ser cobradas após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

	CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DIC	BOGURA	0,00	6,47	12,94	25,89
FIC		0,00	3,42	6,85	13,70
DMIC		0,00	3,80	0,00	0,00

NÍVEIS DE TENSÃO



TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
	MÍNIMO MÁXIMO
127	117 133

Lei nº 11.900/2009 - FISC - Valor do Fatores de Uso do Sistema de Faturação - R\$ 17,17
CNPJ nº 15.139.629/0001-94 - FISC - Valor do Fatores de Uso do Sistema de Faturação - R\$ 17,17
Av. Pompílio Gomes, 250 - Passaré - Fortaleza, CE | CEP 60.861-790 | CNPJ 07.769.970/0001-50 | Inscrição Estadual 09169712-4

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
7021505263	12/2017	22/12/2017	53,52

83890000000-5 53520030007-0 02150526310-9 05393404093-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO NÃO PLASTIFICAR		DATA DE EXPEDIÇÃO 10-06-2013	
		RG 01.677.429-90	
<i>Edgard José da Mata</i> ASSINATURA DO TITULAR		NOME EDGARD JOSÉ DA MATA	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		FILIAÇÃO JOSÉ JOÃO DA MATA	
		MÁRCIA DOS MATA	
		MACAÚBAS BA	
		DATA DE NASCIMENTO 06-04-1952	
		C.NAS. CM MACAÚBAS BA DS	
		SEDE LV 00030 FL 183 RT 0006553	
		CPF 128.969.505-91	
		<i>Isilda M. de Oliveira</i>	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - MACAÚBAS/BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, S/Nº - Centro
Macaúbas - BA - CEP: 46.500-000
C.N.P.J.: 14.380.828/0001-27 - www.saaemacaubas.com.br
ESCRITÓRIO: (77) 3473-1141 - ETA: (77) 99991-0025 (VIVO)

CONTA D'ÁGUA

0800 284 2004

INSCRIÇÃO 0001044.5 CLS PAR A-2 TAR RES 0 COM 0 ECONOMIAS IND 0 PUB 0 OUT 1 NF/CONTA 170139451 EMISSÃO 04/10/17 MÊS/FAT OUT/2017

EDGARD JOSÉ DA MATA
AV. SR. DO BONFIM, 376
ALTO DO BONFIM
MACAÚBAS

Cep: 46.500-000
BAHIA

LOCALIZAÇÃO
00.00.02.0000025780

ENDEREÇO DE ENTREGA

LOCALIZAÇÃO

ÚLTIMOS CONSUMOS				SERVIÇOS E TARIFAS			
MÊS/FAT	CONS	OCO	DC	CÓD.	DESCRIÇÃO	PREST.	VALOR
JUN/17	05	000	030	5	001 AGUA		12,90
FEV/17	03	000	031	3	027 TAXA DE DISPONIBI. DE SERVIÇO		2,50
AGO/17	02	000	031	2	016 Multa por Atraso - 09/2017		0,21
JUL/17	02	000	029	2	017 Encargos (09/2017) 9 dias		0,09
JUN/17	03	000	030	3			
MAI/17	03	000	031	3			
ABR/17	03	000	029	3			
Média: 00002							

HIDROMETRIA									
HIDRÔMETRO	DATA INSTALAÇÃO	LEIT. ANT.	DATA LEITURA	LEIT. ATUAL	DATA LEITURA	CONSUMO	DIAS / CONSUMO	OCCORRÊNCIA	LEITURISTA
958274634	01/02/1996	01007	21/08/2017	01012	20/09/2017	00005	030	000	003

PARAMETROS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA									
Portaria 2.914 de 12/12/2011 - Valores máximos permitidos									
Reservatório: ETA/ALTO DO BONFIM									
Período: 01/09 a 30/09									
Parâmetros	Cor	pH	Cloro	Turbidez	Fluor	Col. Totais			
Padrão	até 15UH	6,0 a 9,5	até 5,0	até 5UT	até 1,5 mg/l	Ausente			
Vlr. Médio	0	7	1,5	0,3	0,8	0%			
Qtd. Análises	1	1	1	1	1	1			

MENSAGENS

"LIGAÇÃO CLANDESTINA É CRIME. " DENUNCIAR É RESPONSABILIDADE DE TODOS. SE VOCÊ CONHECE ALGUM IMÓVEL ONDE EXISTE LIGAÇÃO CLANDESTINA DENUNCIE AO SAAE. NÃO É NECESSÁRIO SE IDENTIFICAR, BASTA LIGAR PARA 34731141 OU 0800 284 2004.

MULTA 2% 0,31 ENCARGOS DIÁRIOS 0,1% 0,02 MÊS(ES) EM DÉBITO

VENCIMENTO 20/10/2017 VALOR R\$ 15,70

CONSUMIDOR

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS (CNPJ
nº 02.457.801/0001-06) Rádio Comunitária Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas.
Rua Castro Alves S/N**

Ofício 01-2018

Ao MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-Secretaria de
Radiodifusão-Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar-CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

De acordo a solicitação do Ofício nº 51363/2017/SEI-MCTIC e Nota Técnica relativa à
análise do processo nº 53900.045664/2016-96.

Seguem em anexo os documentos Solicitados:

- 1 Ata devidamente registrada da Retificação Estatutária, definição do mandato da ACCS e novos membros da diretoria.
- 2 Regularização do Conselho Comunitário e atualização dos membros
- 3 Relatório do conselho, nos termos exigidos.
- 4 Atualização do endereço para correspondências
- 5 Declarações

Macaúbas, Ba 15-01-2018



ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA-Representante Legal
Rua Arthur Antônio Costa nº 10 - Centro
46.500-000 - Macaúbas – BA

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS (CNPJ
nº 02.457.801/0001-06) Rádio Comunitária Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas.
Rua Castro Alves S/N**

Ofício 02-2018

Ao MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-Secretaria de
Radiodifusão-Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar-CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

De acordo a solicitação do Ofício nº 51363/2017/SEI-MCTIC e Nota Técnica relativa à
análise do processo nº 53900.045664/2016-96.

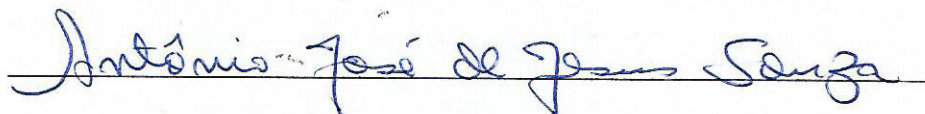
Seguem em anexo os endereços dos novos diretores e para correspondência, conforme
comprovante de Residências

Filonésia Almeida Magalhães- Rua José Carlos S/N - Bairro Alto do Cruzeiro-
=Macaúbas -Ba

Edigard José da Mata -Rua Senhor do Bonfim nº 376 Bairro Alto Senhor do Bonfim-
Macaúbas- Ba

Ana Macedo dos Anjos- Travessa Santa Cruz nº 21- Bairro Alto da Santa Cruz-
Macaúbas - Ba

Macaúbas, Ba 15-01-2018



ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA-Representante Legal
Rua Arthur Antônio Costa nº 10 - Centro
46.500-000 - Macaúbas – BA

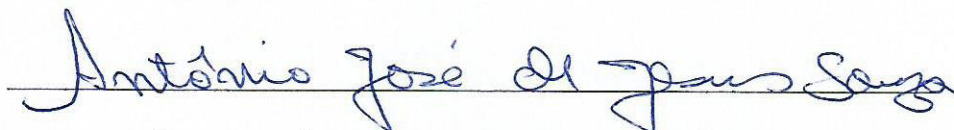
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS (CNPJ
nº 02.457.801/0001-06) Rádio Comunitária Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas.
Rua Castro Alves S/N**

Declaração

**Ao MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-Secretaria de
Radiodifusão-Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar-CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281**

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, junto a este departamento de outorga, que todos os membros da Diretoria da ACCS são naturais de Macaúbas e residem nesta cidade conforme solicitação, para tanto em anexo, segue documento de identificação de todos; com comprovantes de residência.

Macaúbas, Ba 15-01-2018



**ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA-Representante Legal
Rua Arthur Antônio Costa nº 10 - Centro
46.500-000 - Macaúbas – BA**

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS (CNPJ
nº 02.457.801/0001-06) Rádio Comunitária Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas.
Rua Castro Alves S/N**

Declaração

Ao MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-Secretaria de
Radiodifusão-Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar-CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Declaro que o novo endereço para correspondência é:

Rua Arthur Antônio Costa nº 101-centro-Cep 46.5000.00

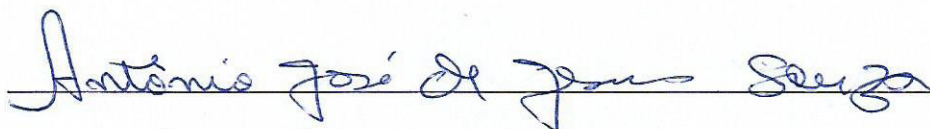
Px à Câmara Municipal de Vereadores

Endereço eletrônico da Rádio

e-mail: tropicaliafm@gmail.com

Fone 77 9 99 95 7082

Macaúbas, Ba 15-01-2018



ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA-Representante Legal
Rua Arthur Antônio Costa nº 10 - Centro
46.500-000 - Macaúbas – BA

REGISTRO DE IMÓVEIS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

**HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOA JURÍDICA**

☎ 77 99965-6431 (vivo) / 98127-3830 (claro)
registrodeimoveisdemacaubas@gmail.com



**FERNANDO ROGÉRIO
GONÇALVES AMORIM**
REGISTRADOR

CERTIDÃO DE ATO AVERBADO

CERTIFICO e dou fé, que o presente título, foi
protocolado em 10/01/2018, sob nº 8.302, Fls.059, Livro nº A-4.

Natureza do Ato:

**AVERBAÇÃO DE ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE
DOS MEMBROS E RETIFICAÇÃO DE ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.**

Ato nº AV-15, Nº Ordem 071, Fls. 117 à 122, Livro A-10, em 12/01/2018.

DAJE: Série 002 – nº 001536 – VALOR: R\$335,58

Emolumentos R\$160,41; Fiscalização R\$115,10; FECOM R\$49,33; PGE R\$6,44;
Defensoria Pública R\$4,30.

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
0800.AB003930-1
5D88NCMPOX
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

Macaúbas – BA, 12 de Janeiro de 2018.

Fernando Rogério Gonçalves Amorim

Oficial Registrador



Requerimento

Ilustríssimo Senhor Representante Legal da Associação comunitária de Comunicação Social-ACCS- Antônio José de Jesus Souza-

Nós abaixo assinados, na forma prescrita pelo Estatuto Social, da entidade, vimos requerer a inscrição da chapa (Pra exercer a Democracia no ar), a fim de disputar a eleição da Diretoria para o próximo mandato a ser definido em Assembleia Geral do Dia 2 de janeiro de 2018

Composição: Filonésia Almeida Magalhães CPF Nº406.840.388-03 para o cargo de Diretora Geral

Ana Macedo dos Anjos CPF Nº 004.401.515-11-para o cargo de Diretora Administrativo

Edigard José da Mata CPF Nº 128.969-505-91 para o cargo de Diretor de Operações

MACAUBAS, Ba 28-12- 2017.

Nestes termos pedimos o deferimento

Edigard José da Mata

Filonésia Almeida Magalhães

Ana Macedo dos Anjos

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
0802.AB815146-1
Consulta o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
0802.AB815147-0
Consulta o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
0802.AB815148-8
Consulta o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO DE MACAUBAS - BA
Tabelião - Belª Janaina Nogueira Lima Rocha (77) 3473-2630

Reconheço por Semelhança 0003 firma(s) de:
EDGARD JOSE DA MATA, FILONESIA ALMEIDA MAGALHAES, ANA MACEDO DOS ANJOS
Emol: R\$ 6.18 Taxa: R\$ 6.72 Total: R\$ 12.90
Selo(s): 0802.AB815146-1 0802.AB815147-0 0802.AB815148-8
Em Testemunho () da verdade.
VANESSA GABRIELA REGO SILVA - Escrevente
MACAUBAS - BA 10/01/2018

Rua 02 de Julho, Nº 11-A, Centro - Macaúbas - Ba, CEP 46.500-000

02.457.801/0001-06

Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS
Radio Trópica FM 104,9 MHz-ZYS633

Rua 02 de Julho, Nº 11-A, Centro

Cep: 46.500-000 - Macaúbas - BA.

PROTESTO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO DE IMÓVEIS DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
MACAUBAS - BAHIA

Janaina Nogueira Lima Rocha
Oficial Registrador



www.tropicaliafm.com

AV: 15, LIVRO: A10, FLS 117 À 122, Nº DE ORDEM 071

ZYS 633, Canal 285, Rádio Tropicália FM 104,9 MHz

E-mail: tropicaliafm@gmail.com

CNPJ: 02.457.801/0001-06

Cel: 77 9 99957082 CEP: 46.500.000 Macaúbas-Ba



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACCS) Entidade juridicamente constituída inscrita no CNPJ 02.457.801/0001-06, situada a rua Castro Alves s/nº Macaúbas Bahia, através de sua Diretoria executiva devidamente representada pelo Diretor Geral Antônio José de Jesus Souza CPF nº 621.483.115-49 e RG 05877647-83 convoca através do presente Edital todos os seus sócios ativos para Assembleia Geral a ser realizada no dia 02 de Janeiro de 2018 às 18:00 horas na sede da Biblioteca Comunitária Tropicália FM situada a Rua Frei Luís Maria nº238 bairro Alto do Cruzeiro. As chapas para concorrerem aos cargos deverão ser registradas na sede da entidade até 24 horas antes da Assembleia, os sócios aptos para votação poderão apresentar procurador para representá- los com direito a voto.

ORDENS DO DIA:

1.1- Retificação Estatutária

1.2 Eleição e Posse da Diretoria da ACCS

1.3 Regularização do Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio Tropicália FM.

1ª CHAMADA:

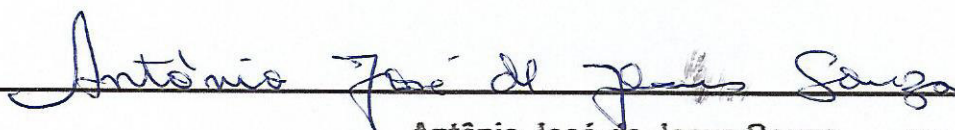
ÀS 18:00 horas com 50% mais 1 dos sócios com direito a voto.

2ª CHAMADA:

Às 19:00 horas com qualquer número de associados com direito a voto.

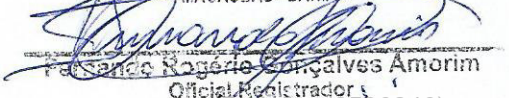
A Assembleia encerrará às 21:00 horas.

Macaúbas – Bahia, 15 de dezembro de 2017



Antônio José de Jesus Souza

REGISTRO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
MACAÚBAS - BAHIA


Patrícia Rogério Gonçalves Amorim
Oficial Registrador

Petição (2586246)

SEI 01250.003072/2018-677 pg. 14

02.457.801/0001-06
Associação Comunitária de
Comunicação Social - ACCS
Rádio Tropicália FM 104,9 MHz-ZYS633
Canal 285.
Rua Castro Alves, S/N - Centro
Cep: 46.500-000 - Macaúbas - BA.

CCCS-Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio Comunitária Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas-Sede: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaúbas- Rua Visconde do Rio Branco nº98

De acordo, ofício 51363/2017/SEI-MCTIC.,Segue a Atualização deste Conselho

Robério Defensor Batista Santos

1-Robério Defensor Batista Santos - CPF: 952492815-91-RG: 07764240-68 "Secretário do Conselho" - Associação dos Artesãos Minerais de Macaúbas- Av. Professor Ático Mota nº907- CNPJ-01.141.220/0001-06

Rogério Vaz Neves

2-Rogério Vaz Neves- CPF: 012.910.225-38 e RG: 11432878-19 " Coordenador do Conselho" - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaúbas-Rua Visconde do Rio Branco S/N-CNPJ-14.058.515/0001-57

Mário César de Oliveira

3-Mário César de Oliveira - CPF: 491.138.795-53 e RG: 27776221-2 - Associação de Capoeira César de Macaúbas- Rua Cipriano A. Amaral s/n Loteamento São José Alto do Bonfim-CNPJ-02.188.234/0001-30

Gilvan Silva Cabral

4-Gilvan Silva Cabral -Rua Zé Governo s/n Alto do Bonfim CPF: 526.985.055-91 e RG:03.0149.942-20-Associação Beneficente São Francisco de Assis - Rua Zé Governo S/n Alto do Bonfim-CNPJ-16.257.917/0001-06

Alan José Alcântara Figueiredo, um

5-Alan José Alcântara Figueiredo- - Rua César Zama, 47, Macaúbas- Ba-CPF: 564.841.525-04 e RG: 3.202.543-21-Fundação Cultural Professor Mota-Praça Imaculada Conceição-CNPJ-16.257.446/0001-36

Maria Conceição Oliveira dos Santos

6-Maria Conceição Oliveira dos Santos- CPF 325.395.175 -87 e RG 00779569-66- Associação dos Devotos e Amigos de Santa Rita-Praça Santa Rita-Centro- CNPJ 16.257.438/0001-90

Conselheiros -Macaúbas- Ba 06-de janeiro de 2018



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACCS) PARA RETIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E REGULARIZAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA RÁDIO TROPICALIA FM 104,9 (COMUNITÁRIA).

AOS DOIS DIA DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO NA SEDE DA BIBLIOTECA DA RÁDIO TROPICALIA FM, ÀS DEZOITO HORAS REUNIRAM- SE OS SÓCIOS EM DIA DA (ACCS) EM ASSEMBLEIA GERAL PARA DELIBERAREM SOBRE O OFÍCIO Nº 51363/2017/SEI-MCTIC E NOTA TÉCNICA: 27497/2017/SEI-MCTIC DE ACORDO O ARTIGO 40 DA PORTARIA.

ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA POR HORA REPRESENTANTE LEGAL DA (ACCS) EXPLICOU A TODOS OS PRESENTES AS MUDANÇAS QUE NECESSITAVAM FAZER, INCLUSIVE NA DIREÇÃO; DE PRONTO MOACIR SILVA SANTOS E RUBENVALDO MAGNO OLIVEIRA, ENTENDERAM, ASSIM COMO OS DEMAIS E DECIDIRAM DEMOCRATICAMENTE:

RETIFICAR O ARTIGO 12 CAPÍTULO V

A. OS MEMBROS DA DIRETORIA DA ACCS, NÃO PODEM SER REMUNERADOS

B. O MANDATO DA DIRETORIA DA ACCS É DE NO MÁXIMO QUATRO ANOS, PODENDO SER RECONDUZIDO NO MÁXIMO UMA VEZ.

OS SÓCIOS RESOLVERAM DE FORMA SIMPLES E CONCRETA QUE O MANDATO DA ATUAL DIRETORIA ENCERROU EM NOVE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSETE E QUE A FUTURA DIREÇÃO, TERÁ UM MANDATO DE QUATRO ANOS COM TÉRMINO EM NOVE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE UM. TUDO RESOLVIDO DE FORMA PACÍFICA E NA PRESENÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO.

APÓS A RETIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA, DEU SE INÍCIO AO PROCESSO DA NOVA ELEIÇÃO DA ACCS. MOACIR SILVA SANTOS, APRESENTOU O ÚNICO REQUERIMENTO COM A CHAPA DE LEMA: "PARA EXERCER A DEMOCRÁCIA NO AR", COM NOMES E CARGOS ALMEJADOS.

COMPOSIÇÃO:

FILONÉSIA ALMEIDA MAGALHÃES, CPF Nº 406.840.388-03 PARA O CARGO DE DIRETOR (a) GERAL; ANA MACEDO DOS ANJOS, CPF Nº 004.401.515-11 PARA O CARGO DE DIRETOR (a) ADMINISTRATIVO; E EDIGARD JOSÉ DA MATA, CPF Nº 128.969.505-91 PARA O CARGO DE DIRETOR DE OPERAÇÕES.

APÓS A CONSULTA DOS NOMES NO ESTATUTO E DE ASSINATURAS EM ATAS OS SÓCIOS APROVARAM POR UNANIMIDADE O REQUERIMENTO DATADO EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE, COLOCANDO- O EM VOTAÇÃO ABERTA E SENDO APROVADA TAMBÉM

REGISTRO DE INSCRIÇÃO, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO DE INSCRIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DA COMARCA DE
MACAÛBAS - BAHIA
FERNANDO ROBERTO GONÇALVES AMARAL

DE FORMA UNÂNIME A NOVA DIRETORIA DA ACCS E, DE PRONTO TOMARAM POSSE, PROMETENDO FIEL CUMPRIMENTO DO ESTATUTO E DAS NORMAS DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

EM SEGUIDA OS CONSELHEIROS SE REUNIRAM PARA REGULARIZAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO RETIFICANDO O PARÁGRAFO PRIMEIRO DO SEU ESTATUTO.

A- O MANDATO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, DORAVANTE É DE QUATRO ANOS PODENDO SER REELEITO.

EM SEQUÊNCIA, DECIDIRAM SOBRE O NOVO MANDATO, POIS O ATUAL SE EXPIROU EM NOVE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

APÓS ALGUNS MINUTOS ENTRE SI, ELEGERAM ROGÉRIO VAZ NEVES, CPF Nº 012.910.225-38 E RG 11432878-19 COMO COORDENADOR DO CONSELHO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES RUARIAIS DE MACAÚBAS SOB O CNPJ: 14.058.515/0001-57 À RUA VISCONDE DO RIO BRANCO Nº 98 E ROBÉRIO DEFENSOR BATISTA SANTOS, CPF Nº 952.492.815-91 E RG 07764240-68 COMO SECRETÁRIO DO CONSELHO PELA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS MINERAIS DE MACAÚBAS SOB O CNPJ: 01.141.220/0001-06 À AVENIDA PROFESSOR ÁTICO MOTA Nº 97.

AO PASSO QUE CONSTITUEM OS MEMBROS DO NOVO MANDATO:

- 1- ROBÉRIO DEFENSOR BATISTA SANTOS - CPF: 952492815-91-RG: 07764240-68 "SECRETÁRIO DO CONSELHO" - ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS MINERAIS DE MACAÚBAS- AV. PROFESSOR ÁTICO MOTA Nº907- CNPJ-01.141.220/0001-06
- 2- ROGÉRIO VAZ NEVES- CPF: 012.910.225-38 E RG: 11432878-19 "COORDENADOR DO CONSELHO" - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MACAÚBAS-RUA VISCONDE DO RIO BRANCO S/N-CNPJ-14.058.515/0001-57
- 3- MÁRIO CÉSAR DE OLIVEIRA - CPF: 491.138.795-53 E RG: 27776221-2 - ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CÉSAR DE MACAÚBAS- RUA CIPRIANO A. AMARAL S/N LOTEAMENTO SÃO JOSÉ ALTO DO BONFIM-CNPJ-02.188.234/0001-30
- 4- GILVAN SILVA CABRAL – RUA ZÉ GOVERNO S/N ALTO DO BONFIM CPF: 526.985.055-91 E RG:03.0149.942-20 -ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RUA ZÉ GOVERNO S/N ALTO DO BONFIM - CNPJ-16.257.917/0001-06
- 5- ALAN JOSÉ ALCÂNTARA FIGUEIREDO – RUA CÉSAR ZAMA, 47, MACAÚBAS- BA-CPF: 564.841.525-04 E RG: 3.202.543-21 - FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR MOTA - PRAÇA IMACULADA CONCEIÇÃO - CNPJ-16.257.446/0001-36



6- MARIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DOS SANTOS - CPF 325.395.175-87 E
RG 00779569-66 - ASSOCIAÇÃO DOS DEVOTOS E AMIGOS DE
SANTA RITA - PRAÇA SANTA RITA - CENTRO - CNPJ
16.257.438/0001-90.

O MANDATO DESTE CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL DA RÁDIO COMUNITÁRIA TROPICALIA FM É DE QUATRO ANOS.

NADA MAIS A TRATAR EU ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA, AGRADEÇO
A TODOS OS PRESENTES NESTA ASSEMBLEIA DANDO- A POR
ENCERRADA E LAVRO A PRESENTE ATA QUE SEGUE POR MIM
ASSINADA E PELOS NOVOS DIRETORES DA ACCS. OS CONSELHEIROS
E DEMAIS PRESENTES ASSINAM NO LIVRO DOIS DESTA ASSOCIAÇÃO.

MACAÚBAS BAHIA 02 DE JANEIRO DE 2018

Antônio José de Jesus Souza

ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS SOUZA - REPRESENTANTE LEGAL



Filonésia Almeida Magalhães

FILONÉSIA ALMEIDA MAGALHÃES - DIRETORA GERAL - ELEITA



Ana Macedo dos Santos

ANA MACEDO DOS SANTOS - DIRETORA ADMINISTRATIVA - ELEITA



Edgard José da Mata

EDIGARD JOSÉ DA MATA - DIRETOR DE OPERAÇÕES - ELEITO



TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO DE MACAÚBAS - BA
Tabelião - Belª Janaina Nogueira Lima Rocha (77) 3473-2630

Reconheço por Semelhança 0003 firma(s) de:
ANTONIO JOSE DE JESUS SOUZA, FILONESIA ALMEIDA MAGALHAES,
ANA MACEDO DOS ANJOS
Emol: R\$ 6.18 Taxa: R\$ 6.72/Total: R\$ 12.90
Selo(s): 0802.AB815142-9/0802.AB815143-7/0802.AB815144-5
Em Testemunho:) da verdade
VANESSA GABRIELA REGO SILVA - Escrevente
MACAUBAS - BA 10/01/2018

Rua 02 de Julho, Nº 11-A, Centro - Macaúbas - Ba, CEP 46.500-000



TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO DE MACAÚBAS - BA
Tabelião - Belª Janaina Nogueira Lima Rocha (77) 3473-2630

Reconheço por Semelhança 0001 firma(s) de:
EDGARD JOSE DA MATA
Emol: R\$ 2.06 Taxa: R\$ 2.24 Total: R\$ 4.30
Selo(s): 0802.AB815145-3
Em Testemunho:) da verdade
VANESSA GABRIELA REGO SILVA - Escrevente
MACAUBAS - BA 10/01/2018

Rua 02 de Julho, Nº 11-A, Centro - Macaúbas - Ba, CEP 46.500-000

REGISTRO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA
MACAÚBAS - BAHIA



MACAUBAS - BAHIA 02 DE JANEIRO
DE 2018.

Antônio José de Jesus Souza

Ana Maria dos Anjos

Elenéia Almeida Magalhães

Luiz Carlos Nogueira Oliveira

Edgard da Mata

REGISTRO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
MACAUBAS - BAHIA

[Signature]
Rogério Gonçalves Amorim
Oficial Registrador

LL TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO DE MACAUBAS - BA
Tabeliã - Belª Janaina Nogueira Lima Rocha (77) 3473-2630

certifico e dou fe que a cópia e a reprodução fiel do
documento apresentado.
not: R\$ 2.08 Taxa: R\$ 2.24 Total: R\$ 4.30

ANESSA GABRIELA REGO SILVA - Escrevente
MACAUBAS - BA 10/01/2018

VALIDO SOMENTE PARA UM DOCUMENTO E COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Rua 02 de Julho, Nº 11-A, Centro - Macaúbas - Ba, CEP 46.500-000

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Autenticação
0802.AB819060-2
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade



CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTO
DE TÍTULOS DE MACAUBAS - BA
Simony Rodrigues Silva Figueiredo
Substituta



Certifico e dou fe que a copia e a reprodução fiel do documento apresentado.

Emol: R\$ 2.06 Taxa R\$ 2.24 Total R\$ 4.30

SIMONY RODRIGUES SILVA FIGUEIREDO - Substituta
MACAUBAS - BA 09/01/2018

VALIDO SOMENTE PARA UM DOCUMENTO E COM O SELO DE AUTENTICIDADE

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
"ACCS" E DO CONSELHO COMUNITÁRIO
EM 02-01. 2018

Maria Conceição Oliveira dos Santos

1º seg. de Nave

Alen José Alcântara de Figueiredo, um

laíla de F. Oliveira Pereira

Katia Cristina da Rocha Neto

Walton Ribeiro de Mello G. do

Roberto de Mello Botelho Santos

Jonas Cláudio de Jesus

Julvan Silva Cabral

João Santos de Silva

Denilde da Silva Santos

Regina Ezequiel da Silva

Paulo César de Oliveira

REGISTRO DE MÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
MACAUBAS - BA

Francisco Rogério Gonçalves Amorim
Oficial Registrador

CCCS-Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio Comunitária Tropicália
Fm 104,9 de Macaúbas-Sede: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaúbas- Rua
Visconde do Rio Branco 98

Relatório do ano de 2016

De acordo o parecer dos conselheiros do dia 31 de dezembro de 2016, uma nova análise foi feita no relatório para atender as solicitações do ofício nº 51363/2017/SEI_MCTIC em segunda visita realizada em 02-01-2018 na sede da rádio Tropicália Fm 104,9 após a atualização dos membros.

Antônio José de Jesus Souza diretor e locutor sob CPF nº 621.483.115-49 e Rg nº 05877647-83, apresentou aos conselheiros todos os arquivos em cds, áudios das programações e documentos oficiais da vida da FM Comunitária de Macaúbas.

Encontram se em arquivos registrados como Grade de programação, boletins informativos da comunidade e ofícios.

A Rádio comunitária Presta serviços gratuitos à comunidade e cidadãos em todas as esferas. É aberta a todos, sem discriminação de cor, raça, religião e ideologia política.

Conta com uma Biblioteca Pública com um acervo de cerca de 5 mil exemplares doados por cidadãos conscientes da cultura literária, que podem ser levados para a leitura em casa; gratuitamente. “

Realizou Festival de músicas, concurso de Danças, Show de calouros, distribuição de cestas básicas, brindes e shows com cantores da terra:

Nos arquivos apresentados o Conselho pode confirmar tais serviços gratuitos; Nota de falecimento, Perdidos e achados, Notas de Sindicatos, Associações e Fundações, Campanhas educativas e de prevenção de doenças, Leilão beneficente, Anúncios religiosos, Futebol, Lazer comunitário, Temas educacionais, culturais e artísticos, Difusão da democracia, Informativos sociais, Entrevistas de interesse da comunidade, Campanhas solidárias.

Na Grade de sua programação:

Inicia-se com o Coração sertanejo, apresentado por Aninha de Macedo- das 05 às 08h, com meia hora de entrevista com órgãos do setor rural, dicas do campo, agricultura familiar, receitas caseiras, campanhas de vacinação de animais, manejo do solo, plantio. Dentro do programa dicas de saúde, beleza e cultura como reisado, cantadores de coco, entrevista com violeiros da terra.

Às 6 horas Momento de Reflexão com orações aberta a todas os seguimentos religiosos com músicas diversificadas de incentivo moral e ético. De 08 às 12 conexão musical com Thony Ghil, sucessos variados, espaço aberto de hora em hora para informes da comunidade, notícias da região, nacional e internacional, horóscopo, ouvinte no ar, dicas contra violência da mulher, contra discriminação de qualquer natureza, vinhetas de combate ao tabaco, a Aids, tuberculose, hepatite, hanseníase, saúde bucal, dengue. dicas de combate a depressão, ansiedade, assédio sexual e moral, Bullying, obesidade, segurança no trânsito.

Entrevistas e dicas da pastoral da criança, com o Ministério público, Polícia Militar, órgãos de defesa do consumidor, Com grupo de Teatro, capoeira, artesanato, e projetos culturais com destaque aos iniciantes. Além de entrevistas com coordenadoras do CREAS e CRAS, TPM-Grupo popular todos por Macaúbas.

Meio-dia- Espaço aberto aos cantores regionais com apresentação de seus trabalhos e músicas, agenda e projetos e o Programa de Volta ao Passado com músicas Antigas, boletins de shows e eventos de Macaúbas, com participação da Bandas Local Máster e convidados.

Boletins de 40 em 40 minutos de dicas de saúde física e mental com os professores de Educação Física João Santana e Lázaro Moraes de Macaúbas.

Às 14 horas Trânsito Livre, com vinhetas e apresentação do Grupo de Teatro Erleide Moraes boletins e dicas de cultura, arte e literatura de Macaúbas, com divulgação dos artistas, cantores, escritores, compositores e projetos sociais.

15 Horas Momento de Reflexão com mensagens de motivação profissional, espiritual e vocacional, com os grupos de orações Jesus te Ama, Jesus te Chama.

Com músicas variadas e dicas sobre vestibular, concursos, emprego e renda.

Às 16 horas Coração Sertanejo, aberto também a solicitações da comunidade, como músicas sertanejas e entrevistas com cantores de Macaúbas.

16:40 informe da cidade-dicas de combate a depressão, ansiedade, assédio sexual e moral, Bullying, obesidade, segurança no trânsito.

18 horas- Angêlus e mensagens de otimismo e esperança, com dicas de saúde do corpo, alma e coração.

19 Horas a voz do Brasil (No horário de Verão, às 18)

20 Horas Transe do coração-Apresentação de Thony Ghil- Músicas Românticas e a tradução da Noite às 21 horas. Até as 23. De hora em hora resumo cultural, e resumo dos boletins da comunidade que foram ao ar durante o dia.

Durante toda a Programação, obedece as normas de radiodifusão comunitária, sempre aberta aos ofícios recebidos para entrevistas de interesse da comunidade, de acordo com estatuto.

Os apoios culturais estão dentro dos padrões exigidos.

O conselho pode comprovar a interação da rádio com a comunidade em campanhas solidárias de arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos e calçados às famílias carentes, no dia das mães, pais, dia das crianças e natal, tudo isso se encontra em arquivos e no site da emissora que ainda divulga, sua história de luta e superação, os trabalhos sociais, a grade de programação, fotos e entrevistas. No São João do mês de junho, a rádio faz um belíssimo trabalho, levando os sanfoneiros para o estúdio, divulgação de quadrilhas, festas nas escolas, na zona rural e cidade com dicas, contra incêndio, pedofilia, álcool, brigas, abuso sexual. Alertando a todos pra não saírem da razão.

Nos meses de agosto e setembro, intensificam as vinhetas de combate às queimadas, contra o trabalho infantil, promovidas pela secretaria do meio ambiente com entrevistas no setor.

Neste ano de eleição, gerou os programas eleitorais gratuitos, sendo escolhida, pelo juiz eleitoral e comissão dos partidos, por exercer um trabalho, democrático, imparcial e ético. Dando total abertura aos informes da Justiça eleitoral, de combate a compra de votos, numa eleição limpa, ficando de plantão no dia da eleição, até apuração dos votos, divulgando o resultado democraticamente.

Os conselheiros comprovam as instalações de acordo as normas, e relatam que a Tropicália Fm Comunitária de Macaúbas, cumpre e muito bem o seu papel, e não é a toa que vem acumulando títulos em primeiro lugar na audiência, comprovados em certificados de pesquisa de opinião pública anexados na parede da recepção da Fm nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Todos os documentos e licença estão expostos em uma sala anexa a recepção. O estúdio e os aparelhos estão em conformidade com as leis que regem o serviço. Portanto comprovamos um livro de Atas com assinaturas pelos serviços prestados de graça a toda população e temos que dar os parabéns à direção e equipe e desejar boa sorte para que a rádio continue desenvolvendo esse maravilhoso trabalho em Macaúbas.

CCCS-Conselho Comunitário de Comunicação Social da Rádio Comunitária Tropicália Fm 104,9 de Macaúbas-Sede: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaúbas- Rua Visconde do Rio Branco nº98 Relatório do ano de 2016

Inspeção feita em 31 de dezembro de 2016, na sede da Rádio Comunitária –Tropicália FM 104,9. Reavaliada e confirmada pelos Conselheiros em 02-01-2018, conforme Solicitação do ofício 51363/2017/SEI-MCTIC

E por assim estarem acordados, assinam este Relatório

Alan José Alcântara Figueiredo, em

1-Alan José Alcântara Figueiredo- – Rua César Zama, 47, Macaúbas- Ba

CPF: 564.841.525-04 e RG: 3.202.543-21

Fundação Cultural Professor Mota-Praça Imaculada Conceição-CNPJ-16.257.446/0001-36

Rogério Vaz Neves

2-Rogério Vaz Neves- CPF: 012.910.225-38 e RG: 11432878-19 “ Coordenador do Conselho” - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaúbas-Rua Visconde do Rio Branco S/N-CNPJ-14.058.515/0001-57

Gilvan Silva Cabral

3-Gilvan Silva Cabral –Rua Zé Governo s/n Alto do Bonfim CPF: 526.985.055-91 e

RG:03.0149.942-20-Associação Beneficente São Francisco de Assis- Rua Zé Governo

S/n Alto do Bonfim-CNPJ-16.257.917/0001-06

Mário César de Oliveira

4-Mário César de Oliveira - CPF: 491.138.795-53 e RG: 27776221-2 - Associação de Capoeira César de Macaúbas- Rua Cipriano A. Amaral s/n Loteamento São José Alto do Bonfim-CNPJ-02.188.234/0001-30

Maria Conceição Oliveira dos Santos

5-Maria Conceição Oliveira dos Santos- CPF 325.395.175 -87 e RG 00779569-66- Associação dos Devotos e Amigos de Santa Rita-Praça Santa Rita-Centro- CNPJ 16.257.438/0001-90

Robério Defensor Batista Santos

6-Robério Defensor Batista Santos - CPF: 952492815-91

RG: 07764240-68 “Secretário do Conselho” - Associação dos Artesãos Minerais de Macaúbas- Av. Professor Ático Mota nº907- CNPJ-01.141.220/0001-06

Conselheiros -Macaúbas- Ba 02-de janeiro de 2018

CNPJ. 33.438.250/0033-44 - CAMPO GRANDE - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0045-88 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0105-53 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0106-34 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0157-84 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0209-40 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0020-20 - CAMPOS GOYTACASES - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0021-00 - CAMPOS GOYTACASES - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0084-94 - CAMPOS GOYTACASES - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0081-41 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0005-90 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0043-16 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0029-68 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0096-28 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0041-54 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0041-54 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0046-69 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0053-98 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0099-70 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0104-72 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0103-91 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0174-83 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0183-76 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0186-19 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0207-88 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0101-20 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0139-00 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0042-35 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0078-46 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0181-04 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0220-55 - JUIZ DE FORA-MG
 CNPJ. 33.438.250/0092-02 - RIO DE JANEIRO - RJ

CNPJ. 33.438.250/0182-95 - NILOPOLIS-RJ
 CNPJ. 33.438.250/0037-78 - NOVA IGUAÇU-RJ
 CNPJ. 33.438.250/0144-60 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0175-66 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0179-99 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0219-11 - SANTOS DUMONT-MG
 CNPJ. 33.438.250/0056-30 - RIO DE JANEIRO - RJ
 CNPJ. 33.438.250/0142-06 - RIO DE JANEIRO - RJ

MOISÉS GOLDBAUM

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 80, DE 16 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53670.001059/2001, Concorrência nº 038/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN N.º 0436-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

PORTARIAS DE 16 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
81	53690.000094/99	Associação Cultural e Comunitária de Amigos - "ACCA"	Juina/MT
82	53000.001255/99	Associação de Radiodifusão Comunitária da Fercal - ARC	Sobradinho/DF
84	53710.000814/98	Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas	Ibitiura de Minas/MG
86	53100.000721/04	Associação Comunitária de Carrancas	Carrancas/MG
89	53740.000205/01	Associação Comunitária Ecológica de Radiodifusão de Guairacá - PR	Guairacá/PR
91	53640.001378/98	Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS	Macaúbas/BA
93	53790.000995/98	Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collazzi Scottá	Canóas/RS
99	53710.000425/02	Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - PROJETO DE VIDA	Contagem/MG
101	53103.000515/01	Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo	São Bento do Una/PE
102	53760.000229/99	Fundação Marica Saraiva	Alto Longá/PI
106	53100.000453/04	Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico	Bilac/SP
107	53000.001874/01	Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo	Peixoto de Azevedo/MT

HELIO COSTA

PORTARIA Nº 95, DE 16 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Excluir da Consulta Pública constante da Portaria SE/MC n.º 256, de 30 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2002, e de seu anexo, o seguinte canal do Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão:

UF	LOCALIDADE	CANAL
SP	DOIS Córregos	50-

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 96, DE 16 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, canal 50- (cinquenta decalado para menos), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - Manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações
 Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Esplanada dos Ministérios - 7º andar, sala 701
 70.044-900 - Brasília - DF

II - Apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 98, DE 16 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53830.000795/2000, Concorrência nº 110/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/MGT N.º 363-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Edcomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Branca, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 56.223, DE 21 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 003280/2006 - Autorizar a RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de matinhos - PR e Paranaguá - PR, no período de 21 de fevereiro a 31 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.705, DE 13 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 005489/2006 - Autorizar DJALMA FOGAÇA PROMOÇÕES E COMPETIÇÕES S/C LTDA. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Caruaru - PE, no período de 17 a 19 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.708, DE 13 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 005486/2006 - Autorizar V R. COM-PETIÇÕES LTDA a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Caruaru - PE, no período de 17 a 19 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.712, DE 13 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 005704/2006 - Autorizar MONTEIRO COMPETIÇÕES LTDA. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Caruaru - PE, no período de 17 a 19 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.848, DE 15 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 005849/2006 - Autorizar a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Cairu - BA e Vera Cruz - BA, no período de 27 de março a 10 de maio de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.889, DE 16 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 006148/2006 - Autorizar a JOKITRONIK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Caruaru - PE, no período de 15 a 19 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.901, DE 16 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 006031/2006 - Autorizar a EMBAIXADA DO REINO UNIDO a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo - SP, no período de 18 a 21 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.990, DE 20 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 001836/2006 - Autorizar a BT COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 21 de março a 9 de abril de 2006

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 56.991, DE 20 DE MARÇO DE 2006

Processo nº 53500 006242/2006 - Autorizar a ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Barbarena - PA, no período de 20 a 25 de março de 2006.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.457.801/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/04/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACOA COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL-ACCS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO TROPICALIA-FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R CASTRO ALVES		NÚMERO 73/2	COMPLEMENTO APTO 01
CEP 46.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MACAUBAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/03/2018** às **08:02:55** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL - ACCS

CNPJ: 02.457.801/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:52:22 do dia 13/03/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/04/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Identificação do Processo

Númer 53900.045664/2016 Localidade / MACAÚBAS/BA
 Entid ASSOCIACOA COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL-ACCS
 Aviso 4 Publicaç 18/03/1999 Prazo: 30 Can 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associaç

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Edgard José da Mata	128.969.505-91	Diretor de Operações	02/01/2018 09/08/2021	
Filonésia Almeida Magalhães	406.840.388-03	Diretor Geral	02/01/2018 09/08/2021	
Ana Macedo dos Anjos	004.401.515-11	Diretor Administrativo	02/01/2018 09/08/2021	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: Petição 1635791.
 - 1.1) Data de protocolo no SEI: 23/1/2017.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: Petições 1635738 a 1635747, 1635749 a 1635755 e 1635764, 1635766 a 1635768, 1635770 e 2586248.
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, caput e ?g?;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 8º, ?b?;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8º, ?a?;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 12, caput;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 12, caput (quatro anos);
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: Petições 2586244 e 2586248. (2/1/2018 - 9/8/2021)
 Diretor(a) Geral: Filonésia Almeida Magalhães; (15/2/1992 - 406.840.388-03)
 Diretor(a) Administrativo(a): Ana Macedo dos Anjos; (23/6/1979 - 004.401.515-11)
 Diretor(a) de Operações: Edgard José da Mata. (6/4/1952 - 128.969.505-91)
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: Petições 2586234, 2586236 e 2586238.
- 5) CNPJ: CNPJ 2731398.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidão SIGEC 2731400.
- 7) Declaração de conformidade: Petição 1635790.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Petição 2586249.

*****CONCLUSÕES:**

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.
- Foi realizada pesquisa na Justiça Federal e não foi verificada irregularidade.
- O Processo foi corretamente instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

Data de Envio:

13/03/2018 08:11:28

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA (processo nº 53900.045664/2016-96), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Ter, 13 de mar de 2018 13:48

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

NADA CONSTA

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

53000.020385/2007

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Despacho nº 903, de 23/12/2009 - ADVERTÊNCIA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV e XVI do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 29/03/2007).

53000.061825/2009

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 511, de 25/10/2010, publicada no D.O.U de 23/02/2011 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 16/12/2009).

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 13 de março de 2018 8:11:28
Assunto: Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA (processo nº 53900.045664/2016-96), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira
Chefe do Serviço de Degravação - SEDEG
Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-oeste.
CEP 70044-900 Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6811
lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - MACAÚBAS.pdf

205 KB



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: BA
Município: Macaúbas
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS
Nome Fantasia: TROPICÁLIA FM 104,9 MHz
Logradouro: RUA CASTRO ALVES
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.457.801/0001-06
Bairro: -
Número: S/N
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02457801000106 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 46500000
Número: S/N
Município: Macaúbas
Telefone: 00 0000000000

Logradouro: RUA CASTRO ALVES
Complemento:
Distrito:
Bairro: -
SubDistrito:
Estado: BA
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 46500000
Número: S/N
Município: Macaúbas

Logradouro: RUA CASTRO ALVES
Complemento:
Distrito:
Bairro: -
SubDistrito:
Estado: BA

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 26/03/2007

Data Limite Instalação: 26/09/2007

Número do Processo: 536400013781998 ◀

Fistel: 50403267501

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza					
<input type="text"/>	91	◀	<div>Portaria</div>	◀	<div>MC</div>	◀	<div>16/03/2006</div>	◀	<div>23/03/2006</div>	Outorga	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	61514	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>CMPRL</div>	◀	<div>23/10/2006</div>	◀	<div>25/10/2006</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀
<input type="text"/>	22	◀	<div>Decreto Legislativo</div>	◀	<div>CN</div>	◀	<div>23/03/2007</div>	◀	<div>26/03/2007</div>	Deliber. do C. Nacional	◀	<div>Jur.</div>	◀
Autoriza o Uso													

<input type="text"/>	<input type="text" value="68145"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="25/10/2007"/>	<input type="text" value="26/10/2007"/>	de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="903"/>	<input type="text" value="Despacho"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="23/12/2009"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="511"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="25/10/2010"/>	<input type="text" value="23/02/2011"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

+ Característica da Estação Instalada**+ Dados do Licenciamento**[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inocorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 5675/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.045664/2016-96.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS**, na localidade de **Macaúbas**, estado da **Bahia**, por meio da Portaria nº 91, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23/3/2006, e Decreto Legislativo nº 22, publicado no DOU de 26/3/2007.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 26/3/2017. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 23/1/2017, à Petição 1635791, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015).

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS
QUADRO DIRETIVO
Diretor(a) Geral: Filonésia Almeida Magalhães; Diretor(a) Administrativo(a): Ana Macedo dos Anjos; Diretor(a) de Operações: Edgard José da Mata.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		Petição 1635791
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Petições 2586234, 2586236, 2586238, 2586244, 2586248 e 2586249
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Petições 1635738 a 1635747, 1635749 a 1635755, 1635764, 1635766 a 1635768, 1635770 e 2586248
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Petições 2586244 e 2586248
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		Petições 2586234, 2586236 e 2586238
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		Petição 2586249
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Petição 1635790
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		Certidão SIGEC 2731400
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		CNPJ 2731398
9	Relatório de apuração de infrações	X		E-mail 2751386

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	
-----	--	--	---	--

4. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2752588).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.045664/2016-96, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Macaúbas / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001378/1998 e nº 53900.045664/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 15/03/2018, às 13:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/03/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 27/03/2018, às 09:58, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Secretário de Radiodifusão, Substituto**, em 13/04/2018, às 09:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2752593** e o código CRC **EB972671**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.045664/2016-96

SEI nº 2752593

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.045664/2016-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

Em razão da Nota Técnica nº 5675/2018/SEI-MCTIC (evento SEI 2752593), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Macaúbas**, estado de **Bahia**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/04/2018, às 16:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889229** e o código CRC **BD7C51F7**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.045664/2016-96, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Macaúbas / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001378/1998 e nº 53900.045664/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2169/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001378/1998 e nº 53900.045664/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 02/05/2018, às 21:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2896298** e o código CRC **DE856165**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.045664/2016-96, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Macaúbas / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 02/05/2018, às 21:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2896311** e o código CRC **0D7035DC**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 04/05/2018 11:41:19
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4777273
Data prevista de publicação: 07/05/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10728025	ATO PORTARIA Nº 1375 MIN EMP.rtf	f01292d6f9a08ec2 c21ae6e874e10a43	5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 165,20
10728026	ATO PORTARIA Nº 2049 MIN EMP.rtf	4ca430e062542850 ee25c32d2447ab30	5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 165,20
10728027	ATO PORTARIA Nº 2051 MIN EMP.rtf	d9aeceff16e43886 df7066436426f58f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10728028	ATO PORTARIA Nº 2059 MIN EMP.rtf	726e17e88fcfe266 3edc4dc6345d15e7	5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 165,20
10728029	ATO PORTARIA Nº 2060 MIN EMP.rtf	878c44376825615f cddbda0063c2f964	5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 165,20
10728030	ATO PORTARIA Nº 2166 MIN EMP.rtf	5e6780b2ad5bb639 a62bd7bd8738c2e2	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10728031	ATO PORTARIA Nº 2169 MIN EMP.rtf	8db9fadc8ca6470f 33e6f120d7998fbc	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10728032	ATO PORTARIA Nº 2171 MIN EMP.rtf	d9eecd375061ca95 70ba8ca1105a82fe	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10728033	ATO PORTARIA Nº 2173 MIN EMP.rtf	a3967a46141fc9b6 6d594b0c50002dfd	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10728034	ATO PORTARIA Nº 2175 MIN EMP.rtf	83ef4a973151d6bf bc91e1aec65c4c1a	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			56,00	R\$ 1.850,24





PORTARIA Nº 1.971-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, a partir de 06 de julho de 2016, a autorização concedida à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha (ACELV), por meio da Portaria nº 599, de 16 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2007, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagoa Vermelha, estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 10 anos, sem direito à exclusividade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.038-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista Parecer nº 1095/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Fundação de Saúde e Ação Social Pautila Jordão (FUSASO), por meio da Portaria nº 152, de 25 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bonito / PE, em razão extinção da pessoa jurídica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.049-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001058/1998 e nº 53000.007909/2014-69, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação de Comunicação RadCom Cristal de Marilândia do Sul - PR, por meio da Portaria nº 107, publicada no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marilândia do Sul / PR, em razão da transferência da outorga a outra entidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.051-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000100/2000 e nº 53900.043835/2015-61, resolve:

Art. 1º Declarar que se encontra extinta desde o dia 10 de novembro de 2014 a autorização outorgada à ACOMOR - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MORADA DE RADIODIFUSÃO, por meio da Portaria nº 1600, publicada no Diário Oficial da União em 20 de agosto de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Virgem da Lapa / MG, em razão da falta de interesse da entidade em permanecer executando o serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.059-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000726/1999 e nº 53900.045445/2015-26, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação Comunitária de Difusão Cultural Beto Abacaxi, por meio da Portaria nº 1185, publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Barrinha / SP, em razão da falta de interesse da entidade em continuar prestando o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.060-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53770.002296/1998 e nº 53000.007041/2013-16, resolve:

Art. 1º Declarar que encontra-se extinta desde o dia 19 de novembro de 2012 a autorização outorgada à Comunidade Unida de Jacuacanga, por meio da Portaria nº 628, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angra dos Reis / RJ, em razão da falta de interesse da entidade em continuar executando o serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.166-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53050638/2016-80 e nº 53900.050638/2016-80, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE VIRMOND, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Virmond / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.169-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001378/1998 e nº 53900.045664/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.171-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000133/1999 e nº 53900.048776/2015-18, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JITAÚNA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jitaúna / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.173-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000033/2000 e nº 53900.045626/2016-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL 22 DE DEZEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salvador / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.175-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000770/2001 e nº 53900.045557/2016-68, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CESÁRIO LANGE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cesário Lange / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.226-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.059257/2013-67, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira, com sede à Av. Governador Orleir Cameli nº 152 Bairro Ana Vieira, na localidade de Sena Madureira / AC, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.316-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.034243/2010-98, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária A Voz de Cajueiro (rádio Cidade), com sede à Rua Galdino da Silva, s/n, Cajueiro nº s/n - Bairro Cajueiro, na localidade de São João da Barra / RJ, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.045664/2016-96.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 2169/2018, de 02 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2018, renovou-se a outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Macaúbas / BA. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53900.045664/2016-96, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/05/2018, às 09:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2949874** e o código CRC **34F3C58B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.045664/2016-96

SEI nº 2949874

Brasília, 02 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.045664/2016-96, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Macaúbas / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 30640/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 03/08/2018, às 13:20, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3224945** e o
código CRC **C02B5F34**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 30640/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.045664/2016-96 - Nº SEI: 3224945